



# Anais da Assembleia

N.º 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1.987  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pestuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilise Crisóstomo, Rafael Greca, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Djalma de Almeida César, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Para: Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI  
DD. Presidente da Assembleia Legislativa.

De: Deputado ANTÔNIO BELINATI  
Líder do PDT

ASSUNTO: Indicação de membro da Bancada do PDT para integrar Comissão Parlamentar de Inquérito - (Esporte).

O Deputado que este subscreve, na condição de Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT e no uso de suas atribuições legais, pelo presente indica o Deputado Algaci Túlio para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, formada especialmente para apurar denúncias de corrupção dentro do Esporte no Paraná.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI  
Líder do PDT

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 169/87, que dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Aristides de Athayde Neto.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Preto, Presidente da Associação Comunitária da Vila Operária da Cidade de Maringá.

REQUER, outrossim, após decisão desta Casa, o envio de expediente à família enlutada, residente à Rua Marcílio Dias, 913 - Vila Operária - Maringá.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, observando-se os critérios regimentais e constitucionais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Preto, Presidente da Associação Comunitária da Vila Operária da Cidade de Maringá, entidade esta muito bem representada durante sua existência pelos relevantes serviços prestados junto à comunidade em epígrafe.

REQUER, outrossim, após a decisão desta Casa, o envio de expediente à família enlutada, residente à Rua Marcílio Dias, 913 - Vila Operária - Maringá.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamto: Ferrari Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Jamil Amud.

Sala da Sessões, em 19.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Jamil Amud, advogado de destacada militância na comarca de Umuarama, residiu por longos anos, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento daquela cidade, através de sua conduta proba e dinâmica, determinando com seu falecimento inestimável perda para a comunidade umuaramense.

Solicito, ainda, seja encaminhado cópia deste requerimento à família enlutada, residente à Rua Marialva, n. 4712, Umuarama - Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Jamil Amud, ocorrido na cidade de Umuarama, no dia 19 de agosto do corrente ano.

Do aprovado, REQUER, ainda seja dado ciência à família enlutada. (R. Marialva, 4712 - CEP. 87.500 - Umuarama - Pr.).

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto contava com a idade de 52 anos, era viúvo, deixando três filhas. Foi Advogado, figura de grande destaque na cidade de Umuarama e região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá, Fernando Pontes de Souza, pela brilhante iniciativa de formalizar convênios com outras instituições de ensino superior no Estado do Paraná, visando o intercâmbio entre estas instituições nas áreas de saúde, desenvolvimento de recursos humanos e

participação popular, priorizando a cooperação técnica para o desenvolvimento de atividade de ensino, pesquisa e assessoria nessas áreas.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, consignação de voto de apoio ao centro de Cirurgia Cardíaca do Hospital Evangélico em sua campanha "Faça sua doação. De Coração", fato este que certamente virá contribuir ao maior salvamento de vidas.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A medicina desenvolveu técnicas avançadas que possibilitam um verdadeiro milagre, transplantar órgãos de um ser humano para outro, salvando vidas. No entanto, a falta de doadores impede que muitos transplantes, que são a última chance de sobrevivência para alguns doentes, se realizem. O número de doadores ainda é muito pequeno no Brasil, por desinformações e preconceito, daí a importância de uma campanha como a "Faça sua Doação. De coração" que mostrará que a retirada de qualquer órgão não mutila o cadáver. Mais de quinhentas mil pessoas morrem anualmente em função de problemas do coração, sendo que desses 30% teriam condições de serem salvos por transplantes. O Hospital Evangélico tem, atualmente, cinco pacientes aguardando corações para transplante.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, REQUEIRO, após ouvido o Plenário, a suspensão dos trabalhos gerais da ALE, amanhã, dia 20.08.87, face a realização da greve geral no Brasil, cuja justificativa foi realizada em discurso no Grande Expediente da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### MOÇÃO DE APOIO

Nós Deputados Estaduais, sensíveis às necessidades e reivindicações dos trabalhadores, considerando que historicamente, hoje, o salário-mínimo é o menor do País;

Considerando que não devemos aceitar o retorno e o monitoramento do FMI no Brasil;

Considerando que a política do Governo Federal não deve ser recessiva e geradora de desemprego.

Resolvemos apoiar a greve geral do dia

20.08.87, convocando a todos para que se solidarizem com a justa mobilização da classe trabalhadora brasileira.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

ALGACI TÚLIO

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA,

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

VERA AGIBERT

NILTON BARBOSA

JOÃO ARRUDA

BASÍLIO ZANUSO

PAULINO JOSÉ DELAZERI

CAÍTO QUINTANA

ORLANDO PESSUTI

GERNOTE KIRINUS

CÂNDIDO BASTOS

DOMINGOS SCARPELLINI

PEDRO TONELLI

ALEXANDRE CERANTO

DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas, REQUE-REM, após ouvido o Plenário, a suspensão das atividades da Assembléia Legislativa do Paraná, na data de 20 de agosto de 1987, em virtude da deflagração da GREVE GERAL, organizada pelas Centrais Sindicais de Trabalhadores, em protesto contra o arrocho salarial, o Plano Bresser, o pagamento da dívida externa e reivindicando reposição das perdas salariais, Constituinte Democrática, eleições diretas em 1988, estabilidade no emprego, reforma agrária, liberdade sindical e não pagamento da dívida externa.

Onde acima se diz: "a suspensão das atividades da Assembléia Legislativa do Paraná", entendam-se todas as atividades desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI

PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requerimento no sentido de que, no dia 20 próximo, sejam suspensos os trabalhos plenários e administrativos da Casa.

Tal solicitação se justifica pela realização da "greve geral" dos trabalhadores em protesto pela crise econômica-social que grassa no País. Além da Casa ser composta pelos representantes do povo, a paralisação dos serviços de utilidade pública trarão, possivelmente sérios embaraços para o deslocamento dos funcionários do Legislativo, de suas casas à Assembléia.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, submete à apreciação da Mesa, após ouvido o Plenário, requerimento no sentido de que a Comissão de Constituição e Justiça, antecedendo a apreciação do Parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 53/87, ouça representante da Associação dos Professores do Paraná quanto à justificativa e necessidade das mesmas.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento ao Senhor Chefe do Poder Executivo, do seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. De que forma foi realizada a transação da compra pelo Estado do Paraná, do imóvel ocupado pelo "Cine Vitória"?

2. O que dispõe o contrato de "compra e venda" do referido imóvel? (encaminhar cópia).

3. Foram realizadas consultas, feitas avaliações do imóvel e outros procedimentos comuns junto a órgãos especializados e antecedendo a compra do imóvel?

Quais os órgãos que se pronunciaram e quais os resultados das consultas e avaliações? (encaminhar cópia dos pareceres)

4. Quem executou o projeto de ocupação do imóvel pelo Estado, para torná-lo um "centro de convenções"?

5. Qual o orçamento total, em custos, da obra e para quando está prevista a conclusão?

6. Foi realizada licitação para realização da obra? Qual a empresa vencedora? Quais as que concorreram?

7. O "Centro de convenções" deverá ficar subordinado à que Secretaria de Estado?

8. Existe projeto de funcionamento do centro? (encaminhar cópia se existe).

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito convite ao ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro, para que participe de debate com os Parlamentares desta Casa de Leis, sob o tema "Desenvolvimento Econômico e Dívida Externa", em data a ser marcada.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Francisco Deliberador Neto, Diretor Geral do DETRAN, solicitando entendimentos para que a CIRETRAN de Maringá volte às antigas instalações, hoje ocupadas pela Colméia Menina, considerando que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná está reclamando a posse do referido imóvel, por inadimplemento da cláusula de reversão, estabelecida quanto à sua destinação, conforme divulgação da imprensa.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando estudos para a estadualização das Escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - C.N.E.C. de São Miguel do Cambuí (Escola Cenecista São Miguel do Cambuí- Ensino de 1º Grau), e Aquidaban (Escola Cenecista Hernesto Gomes Carneiro - Ensino de 1º Grau, os quais são distritos de Marialva.

Esta solicitação do vereador Onésimo Aparecido Bassan, vem ao encontro da aspiração de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de que sejam viabili-

zados recursos para a construção de uma Quadra de Esportes no Colégio Estadual Rocha Pombo, no município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Direção do Colégio, no referido Município.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro do princípio de "mens sana in corpore sano", a prática de educação física e esportes é de extrema importância, principalmente para crianças e adolescentes.

O Colégio Estadual Rocha Pombo é o maior colégio de Capanema e conta com elevado número de estudantes que se ressentem da falta de local adequado à prática de esportes.

Assim, atendendo reivindicações de autoridades, direção do Colégio e da própria comunidade, encarecemos à Secretaria da Educação as providências necessárias ao atendimento deste justo requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Gradia, Digníssimo Secretário de Estado do Esporte, solicitando providências para a iluminação de duas quadras de esporte nas localidades de Santa Clara e São Luiz, no município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

As localidades de Santa Clara e São Luiz, no município de Capanema, já contam com suas respectivas quadras de esporte para a prática de educação física e esporte de grande número de jovens estudantes. Entretanto, faz-se necessária a iluminação da mesma e a municipalidade não dispõe de recursos, razão por que apelamos à Secretaria de Esportes no sentido de que viabilize, com a máxima brevidade, os recursos para tal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a locação de uma viatura para a Delegacia de Polícia da cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados pela Delegacia de Antonina estão sendo sensivelmente prejudicados pela falta de uma viatura para maior agilidade nos atendimentos.

Uma viatura é, neste momento, uma necessidade inadiável, sob pena de causar à população de Antonina prejuízos imprevisíveis e irreparáveis.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação e implantação de uma Vara especializada em acidentes de trânsito, conforme ampla justificativa do nobre vereador Nereu Vidal Cezar, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, e ao Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de um veículo para o transporte de alunos excepcionais da zona rural à APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguapu.

Esta reivindicação do vereador Eurípedes Lopes da Silva, vem ao encontro da necessidade encontrada pela Associação no que tange ao transporte desses alunos.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, doutor Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Piraquara.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Senhor Antonio Alceu Zielonka.

Devido ao déficit habitacional verificado no município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, na pessoa do Senhor Secretário, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando ao mesmo que, através do DSTC/DER, autorize a empresa Transporte Coletivo Cidade Canção - TCCC -, de Maringá-PR., a operar suas linhas Sarandi/Maringá/Sarandi, com passe estudantil com descontos, para beneficiar os estudantes do município de Sarandi, na sua maioria pessoas de baixo poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Exército - General Leônidas Pires Gonçalves, veemente apelo no sentido de que seja mantido o Colégio Militar de Curitiba em funcionamento, retificando a Portaria Ministerial n. 810 de 04 de agosto de 1987 no que se referir ao referido Colégio.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) RAUL LOPES

Apoiamento: Nestor Baptista, Aníbal Khury, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti, Amélia Hruschka, Eduardo Baggio, Antônio Annibelli, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Algaci Túlio, Ferrari Júnior, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Nilton Barbosa, Tadeu Lúcio Machado, José Felinto, Antônio Belinati, Ezequias Losso, João Arruda, Domingos Scarpellini, David Cheriegate, Cândido Bastos, Antônio Bárbara, José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Alexadre Ceranto, Gernote Kirinus, Rafael Greca, Artagão Mattos Leão, Quielse Crisóstomo e Haroldo Rodrigues Ferreira.

## JUSTIFICATIVA:

O Colégio Militar de Curitiba, criado

a partir de manifestações da comunidade paranaense, concretizada através das gestões do Excelentíssimo Senhor ex-Governador Moyses Lupion e de ato do saudoso General Henrique Teixeira Lott, que atendeu a essa legítima aspiração do povo paranaense, vem prestando relevantes serviços à causa da educação e preparação cívica da juventude paranaense há mais de vinte e oito anos.

Sobre o aspecto legal, é de fundamental importância salientar que o imóvel onde funciona o Colégio Militar de Curitiba, doado pelo Poder Executivo deste Estado por força da Lei n. 3888 de 09 de janeiro de 1959, condicionou o seu uso especificamente para aquele Colégio, citando que na eventualidade de ser dado uso diverso do previsto, o imóvel reverterá ao patrimônio público estadual conforme estipula o artigo segundo da citada Lei.

É indispensável citar que, diante da repercussão negativa que a extinção do Colégio teve junto à sociedade paranaense, frentes populares já iniciaram movimentos no sentido de que, em se concretizando tal desativação, seja aquele imóvel utilizado para o funcionamento de um Colégio Estadual para suprir as necessidades de vagas para o 2º grau na região.

Registre-se, ainda, que o autor do presente requerimento reconhece o acerto da intenção de que se crie, neste Estado, a Escola de Formação de Sargentos das Armas (ESSA SUL), porém pretende que se escolha um local mais apropriado, permitindo, assim, que o Colégio Militar de Curitiba continue a beneficiar a juventude paranaense com o ensino de alta qualidade que sempre foi a máxima daquela instituição escolar.

A referida Escola de Formação de Sargentos poderia ter como sede uma unidade de Exército localizada na região de Castro, neste Estado, a qual encontra-se desativada.

A desativação do Colégio Militar de Curitiba, constitui-se em uma violência contra a cultura e as tradições do nosso Estado, a exemplo do que já aconteceu com a extinção do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) e da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda (EOEIG) que funcionavam nesta Capital.

REQUER, finalmente, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Exército, juntamente com o presente requerimento, a transcrição do pronunciamento do Autor, feito em data de ontem, 18 de agosto de 1987.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, doutor José Reinaldo Tavares, solicitando a adoção de imediatas providências com vistas à duplicação da Rodovia BR-376 - trecho Maringá-Paranavaí face o intenso tráfego de veículos e o crescente número de acidentes fatais ali registrados diariamente.

Requer, outrossim, se dê ciência desta solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, professor Álvaro Dias, mediante cópia deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### JUSTIFICATIVA:

A duplicação da Rodovia BR-376, trecho Maringá-Paranavaí, é uma exigência de toda a região Noroeste do Paraná. Por essa estrada transitam, diariamente, mais de cinco mil veículos. Por ela passa grande parte da produção agrícola e pecuária da região, que sai em direção aos centros consumidores do Estado e do País.

Apesar de sua importância estratégica, a rodovia não mais atende às necessidades do tráfego. As deficiências são muitas, ocasionando prejuízos de toda ordem.

Nela, a seqüência de acidentes é impressionante. Muitos deles, fatais. Conforme dados oficiais, fornecidos pelo DNER/PR, somente no último mês de junho, ocorreram ali acidentes com treze mortes e dezenove feridos.

São perdas irreparáveis, sem contar os incontáveis prejuízos materiais. São dados que não podem ficar sem uma resposta, uma tomada de posição. São números eloqüentes demais para que nos deixem indiferentes.

Aliás, atentos ao que representa a BR-376 para a Região Noroeste, autoridades e entidades de classes têm se posicionado e, com insistência, pedindo ao Governo Federal, mais precisamente, ao Ministério dos Transportes, que recupere com urgência o trecho Maringá-Paranavaí. No mesmo sentido já se manifestou o ilustre Deputado Federal Dionísio Assis Dal-Prá, pedindo também a solução do angustiante problema.

A essas vozes queremos somar também a nossa, mediante a manifestação da Assembleia Legislativa junto ao Ministério dos Transportes. Afinal, não é possível que a BR-376, no trecho em questão, continue prejudicando a região Noroeste e ceifando vidas e mais vidas, por inexplicável omissão governamental.

Daí, a expectativa e mesmo a certeza de que esta Casa acolherá a presente proposição, emprestando-lhe o seu apoio e integral solidariedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Governador do Estado, Álvaro Dias e à Secretaria das Finanças solicitando a não revogação da isenção do ICM sobre o leite tipo C e produtos hortigranjeiros.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A cobrança do ICM sobre o leite tipo C e produtos hortigranjeiros elevaria os preços dos mesmos para o consumidor. Elementos essenciais na alimentação já deficiente do brasileiro, a elevação de seus preços oneraria muito o orçamento dos trabalhadores, que ficariam impedidos de consumi-lo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Geral da Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, solicitando ao mesmo a criação e instalação de um posto avançado de atendimento da Polícia Federal para atender o município de Maringá e região.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É amplamente justificável e imprescindível a instalação de um posto avançado da Polícia Federal, numa cidade com o destaque, a localização geo-econômica e estratégica de Maringá, o que sem dúvida viria atender de forma efetiva aos interessados na naturalização, expedição de segunda via ou novas carteiras de identidade para estrangeiros, passaportes, bem como efetuar o repasse das cédulas de identificação alusivas a recadastramento de estrangeiros e demais serviços pertinentes a tal órgão da Polícia Federal.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a destinação de um veículo Volkswagen, Kombi, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Umuarama desenvolveu um tra-

balho em prol das crianças excepcionais daquele Município, de alto significado social e sendo a principal dificuldade enfrentada neste nobre trabalho a locomoção dessas crianças, pois além de carentes, são crianças portadoras de deficiência mental.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando seja feito um estudo da viabilidade para a criação e implantação do curso de Comunicação Social, na Fundação Universidade Estadual de Maringá - UEM.

1. Ministro da Educação - Dr. Jorge Bornhausen.

2. Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Prof. Ascêncio Garcia Lopes.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Por ser uma reivindicação antiga.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a atuação de órgãos governamentais no controle e prevenção de acidentes de trabalho na zona rural.

1. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor Rubens Bueno.

2. Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, Senhor Antenor Beni.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Entre 1983 e 1986 foram registrados, somente na região de Maringá, cerca de oito mil acidentes de trabalho no campo, praticamente o dobro do número de acidentes verificados em outros municípios paranaenses com altos índices de acidentes de trabalho no campo.

Conforme índices do Censo Agropecuário de 1985 - os últimos disponíveis - pouco mais de 1 milhão e 800 mil pessoas no Paraná estão ocupadas na agricultura, e 80% delas não possuem nenhum vínculo empregatício, o que significa, segundo dados do IPARDES, que os acidentes com a maioria desses trabalhadores não passam pelo controle do INPS.

As causas de acidentes de trabalho no campo são várias, uma delas é a modernização brusca dos equipamentos utilizados na



agricultura. "As tensões geradas pela falta de habilidade e conhecimento do trabalhador, da tecnologia disponível, além de levarem a perdas constantes na produção, fazem com que os acidentes ocorram com maior frequência e gravidade. Muitos acidentes acontecem também porque a jornada de trabalho avança noite adentro devido à intensificação da mecanização.

Outras causas são o não cumprimento das normas e da utilização dos equipamentos de trabalho, tanto do ponto de vista do empregador quanto do trabalhador ou, ainda, dos pequenos produtores rurais que utilizam a força do trabalho familiar para garantir a sobrevivência.

Portanto, ao Estado cabe o papel fundamental de implementar uma política que leve à diminuição dos riscos de acidentes e, controlando com rigor as leis que estabelecem as condições mínimas de segurança.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente aos Senhores Secretário de Estado dos Transportes, doutor Heinz Georg Herwig e ao Governador do Estado do Paraná doutor Álvaro Dias, solicitando a inclusão da extensão da ferrovia ligando Cianorte a Cafezal no programa prioritário de extensão da rede ferroviária do Estado.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A rede ferroviária hoje existente no Estado do Paraná, além de possuir uma densidade em relação a extensão territorial, extremamente baixa está majoritariamente implantada em regiões onde o fluxo do transporte da produção é extremamente baixo, deixando de atender regiões de alta produção ou fomentar regiões de alto potencial produtivo, que se obrigam a utilizar-se do transporte rodoviário, elevando portanto o custo do produto, afetando assim sua competitividade em outros mercados nacionais e internacionais.

A região compreendida pela área de influência de Umuarama como cidade pólo, embora em vista da sua composição de solo ser o arenito caiua, motivo de verdadeira discriminação por alguns setores que se atrevem a considerar aquela região como improdutiva ou própria apenas para pastagens ou cultura da cana-de-açúcar, sempre representou para o Estado do Paraná um forte expoente da produção agrícola, seja pelas culturas de feijão, milho, arroz, algodão, café, cana-de-açúcar, entre outras. Acreditar no potencial produtivo da agricultura desta região não é uma aventu-

ra, pois além da comprovação de sua capacidade produtiva, pela sua história recente, tem os brilhantes técnicos do núcleo da Secretaria da Agricultura de Umuarama externado em vários momentos a sua preocupação com a discriminação feita àquela região, hoje já com grande potencial produtivo e que se for atendida na proporção de sua importância no cenário do Estado, continuará correspondendo positivamente dando o devido retorno a todos os investimentos destinados pela área federal ou estadual.

A região de Umuarama constitui um pólo propício para a industrialização, que já corresponde de forma surpreendente às iniciativas ali localizadas, como a indústria moveleira, que hoje comercializa seus produtos em vários Estados do País, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, entre outros.

A extensão da ferrovia de Cianorte a Cafezal certamente será um investimento que terá seu retorno em curto espaço de tempo apesar de seu alto custo, e determinará a consolidação do desenvolvimento de uma das mais dinâmicas regiões produtivas do Estado, dando as condições, inclusive, para que esta se firme como pólo industrial, coerente desta forma com a política de interiorização do processo de industrialização do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando do mesmo que a Escola localizada no Distrito de Aquidaban, no Município de Marialva possa ser transformada em "Escola Estadual".

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Existe no Distrito de Aquidaban, no Município de Marialva, uma escola na qual funciona até a 8.<sup>a</sup> série ginásial, funcionamento obtido e concedido pelo antigo MEC, escola esta (particular) denominada "Ernesto Gomes Carneiro". Ocorre que a maioria dos alunos são filhos de pessoas desprovidas de recursos financeiros, estando em dificuldades por não poder pagar as mensalidades e sem poder dar o devido estudo aos filhos, uma vez que é o único Colégio existente naquele Distrito, estando distante 20 Km da Cidade de Marialva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



usando suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da COPEL, solicitando a construção de uma rede de energia elétrica na rua 14 da Planta São Marcos, na Vila São Marcos, no Município de São José dos Pinhais.

Em anexo encaminha o abaixo-assinado onde consta a reivindicação, feita através da Associação de Moradores do Miringuava.

REQUER, ainda, o envio de cópia deste expediente ao Senhor Antônio Alves Lencina, Presidente da ASMIRIM, à rua Olívio Tozzo, 791, Planta São Marcos, 83.100 - São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente suscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, manifestando profunda preocupação pela sua postura calada quanto a questão da oficialização dos cartórios.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

A estatização dos cartórios é um assunto de grande interesse público e que diz respeito especial a classe dos advogados.

Essa classe tem liderado movimentos pela sua oficialização, tendo a Ordem dos Advogados Nacional, manifestando sua posição favorável a tal estatização.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, entretanto, não apenas omitiu-se, como vem se permitindo ser notícia não muito lisojeira em veículos de comunicação de nosso Estado, conforme o atesta a nota publicada sob o título "Demissões na OAB Paraná", na coluna "Informe", do último dia 18 do corrente, na sua terceira página, no Jornal "Indústria e Comércio".

A representatividade da Ordem dos Advogados não permite que tal entidade divulgue desentendimentos entre os membros, e menos ainda que se envolva em crises de ordem moral.

Manifestando nossa preocupação, esperamos chamar os seus membros de volta à razão, no cumprimento dos seus objetivos maiores, que são a defesa dos interesses dos seus filiados e da sociedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja regis-

trado nos Anais desta Casa, o artigo publicado na 16.<sup>a</sup> página do "JORNAL DA TARDE" de São Paulo, no último dia 18, sob o título "CORONEL CHILENO FOGE DOS E.U.A.".

REQUER, ainda, seja registrado um voto de protesto ao Governo Chileno por considerá-lo conivente com os abusos cometidos pelos membros do seu Exército.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Conhecemos nossas limitações como cidadãos e como seres humanos, porém se muito temos que assistir apenas perplexos, não somos obrigados a calar vendo os desmandos militares que ocorrem no Chile, com conivência do seu Governo.

Respeitamos tanto a sabedoria dos povos quanto os direitos humanos.

Sempre combateremos o poder autoritário em detrimento dos mecanismos democráticos, francos e abertos.

Se a palavra é nossa arma, não podemos omiti-la quando desejamos o bem estar da humanidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja transcrita nos Anais desta Assembléia Legislativa a Mensagem intitulada "APELO ÀS AUTORIDADES", publicada no Jornal "Gazeta do Povo", edição de 13 de agosto do corrente ano, por Sua Excelência Reverendíssima, Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo de Maringá.

REQUER, ainda, seja dado conhecimento àquela autoridade eclesiástica, dessa decisão.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

São inúmeros os problemas que afetam a agricultura brasileira. E eles se eternizam, sem que soluções efetivas e duradouras sejam encontradas.

Reclama-se sobretudo, a definição de uma política agrícola que dê ao produtor tranquilidade e segurança para trabalhar e produzir.

As consequências do clima de incerteza que predomina no meio rural são muitas. Elas foram discutidas e analisadas em profundidade pelos bispos da Província Eclesiástica de Maringá, em recente encontro realizado na Cidade de Paranavaí. Daí resultou uma mensagem, transcrita pelo Excelentíssimo Senhor Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo de Maringá, no jornal "Gazeta do Povo", sob o título de "Apelo às autoridades".

O que o documento expõe é uma síntese

perfeita da situação de angústia e de desespero que toma conta do meio rural brasileiro. O desestímulo, a insegurança, a falta de perspectiva e de apoio governamental, traduzidos na ausência de uma verdadeira política agrícola, estão retratados no documento, que esperamos possa resultar na sensibilização de nossas autoridades. Afinal, trata-se de um verdadeiro grito de alerta, partido de homens com a autoridade de Bispos da Igreja.

**Projeto de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 046/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica, a sala que abriga a Comissão de Constituição e Justiça, denominada "Deputado ADALBERTO DAROS".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

ADALBERTO DAROS

Filho do ex-Deputado Waldemar Daros e Dona Maria Magdalena Daros, Adalberto Daros nasceu em 29 de setembro de 1944 em Curitiba.

Fez os estudos primários no Grupo Escolar "Professor Cleto" e o secundário no Colégio "Novo Ateneu". Na Universidade Católica, diplomou-se em Direito.

Durante os tempos de acadêmico, presidiu o Centro Acadêmico "2 de Julho", revelando espírito talhado para as lutas em prol da coletividade.

Candidatou-se a vereador à Câmara Municipal de Curitiba, sendo eleito em 1968. Reeito em duas legislaturas, foi 2º Secretário da Comissão Executiva Legislativa Municipal.

Candidatando-se a Deputado Estadual, foi eleito e posteriormente reeleito. Presidiu o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB paranaense, sendo membro da Executiva Nacional.

Nesta Casa, participou das seguintes Comissões: Constituição e Justiça, Turismo, Obras Públicas, Transporte, Comunicações e Tomada de Contas.

Foi funcionário deste Poder Legislativo, desde 1963, ocupava o cargo de Procurador.

Estas as razões que nos levam apresentar este Projeto de Resolução, como justa homenagem ao nosso sempre lembrado ex-colega de serviço e de Parlamento, Adalberto Daros, esperando, temos certeza, o apoio de todos os Senhores Deputados.

**Projeto de Lei Complementar:**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 184/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - O artigo 11, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro, de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - A Transferência de área, de que trata o art. 9º, dependerá de audiência das Câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios".

Parágrafo Único - A falta de manifestação no prazo de trinta dias, contados do recebimento da comunicação expedida pela Assembléia Legislativa, importará em manifestação favorável.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ACYR MEZZADRI

**JUSTIFICATIVA:**

A oportunidade do projeto comprova-se pelas manifestações generalizadas nesse sentido.

A legalidade vem demonstrada pelo parecer anexo, exarado pelo Professor Reginaldo Franckin, especialista em Direito Municipal consagrado em nosso Estado.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N. 179/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - As divisas do Município de Missal, criado pela Lei n. 7566, de 30 de dezembro de 1981, passam a ser as seguintes:

"Começa no Rio São Vicente na foz do Arroio Sotelo; subindo por este até a divisa dos lotes rurais números 70 e 71, da Gleba 19 do imóvel Rio Paraná; daí, segue por uma estrada secundária até atingir o povoado de Esquina Rosa; deste ponto segue pelo travessão norte da Colonização de Dom Armando, efetuada pela Colonização Londrimar ou divisa sul da Colônia Santa Helena, ou Rio Quarto, rumo Oeste-Leste, até encontrar a linha seca da Colonização Gaúcha Ltda.; pela referida linha de divisa intermunicipal, com o Município de Matelândia, no sentido Norte-Sul, até encontrar o travessão norte do imóvel Colônia Guairacá; pelo referido travessão, no sentido Oeste-Leste, até a linha de divisa entre as Glebas números 5 e 6 da Colônia Guairacá; pela divisa das glebas do referido imóvel, no sentido Norte-Sul, até encontrar o Rio Feijão Verde; pelo Rio Feijão Verde abaixo, até sua foz no Rio Ocoí; pelo Rio Ocoí acima, até a foz do Córrego do Cedro, pelo Córrego do Cedro acima, até sua nascente; deste ponto, por uma linha seca alcança a nascente esquerda do Rio São

João; pelo Rio São João abaixo, até sua foz no Rio São Vicente; pelo Rio São Vicente acima; até a foz do Arroio Sotelo, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

**JUSTIFICATIVA:**

A alteração de divisas do Município de Missal, proposta pelo presente plano de Lei objetiva anexar área solta, remanescente do Município de Medianeira.

Quando da criação do município de Missal, em 1981, houve um lapso demarcatório, tendo o memorial descritivo omitido a área que ora pretendemos anexar, corrigindo assim uma falha da Lei n. 7566, que criou o Município de Missal.

**PROJETO DE LEI N. 180/87**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Art. 1º - A alteração de denominação de próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, só poderá ser feita mediante lei estadual.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

**JUSTIFICATIVA:**

A medida que estamos propondo atende a uma sugestão do Vereador Mário Toshio Yatsugafu, da Câmara Municipal de Maringá. A intenção é assegurar a preservação da memória tradicionalista da vida paranaense.

Tendo em conta o significado da matéria, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI n. 181/87**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênios com os Municípios do Paraná no sentido de implantar redutores de velocidade (lombadas), em fente a todos os estabelecimentos de ensino do Paraná, salvo onde forem desaconselhados pelos órgãos técnicos, por causarem problemas estruturais nas edificações próximas aos redutores, caso em que deverá ser instalado semáforo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

É do conhecimento público que o número

de acidentes de trânsito tem registrado um índice tão elevado que pode ser classificado como extremamente preocupante, e mais ainda se considerarmos os registros de atropelamentos em área escolar, os quais apresentam considerável aumento na maioria das cidades paranaenses.

Esses acidentes causam, no mínimo, ferimentos dos mais variados graus que provocam a irreversível perda da frequência escolar de milhares de crianças ao ano; em número um pouco menor, mas ainda assim é alarmante, vindo-se irreversíveis danos físico e - mais grave - a morte de crianças.

Um dos meios para se reduzir esse verdadeiro morticínio é a implantação de lombadas, pois a velocidade dos veículos aliada à imprevisibilidade do comportamento de crianças na rua, especialmente quando em grupo, é a causa de tais acidentes que enlutam as famílias paranaenses.

Em razão disso é imperioso que o poder Público tome as providências necessárias, as quais somente poderão ser agilizadas a partir de uma ação conjunta Estado - Municípios, motivo pelo qual apresentamos o presente Projeto de Lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para sua aprovação.

**PROJETO DE LEI N. 182/87**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI do Distrito de Yolanda, Município de Ubiratã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, foi fundada em 17 de agosto de 1984, e vem prestando assistência social e educação gratuitas, dentro das suas atribuições estatutárias. Tem ela por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância, em geral, velando pela saúde, bem estar e necessidades da criança e da gestante.

A documentação que instrui o presente projeto está de acordo com Lei n. 0329/86, de 06 de setembro de 1986.

**PROJETO DE LEI N. 183/87**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - O imóvel de que trata o art.

1º, da Lei n. 7335, de 16 de junho de 1980, doado ao Município de Campo Largo, poderá ser destinado a empreendimentos de cunho exclusivamente social, obedecidas as disposições pertinentes da Lei Orgânica dos Municípios.

Parágrafo Único - O imóvel referido neste artigo fica exonerado da cláusula de inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.87.

(a) ACYR MEZZADRI

Apoio: Raul Lopes, Artagão Mattos Leão, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Antônio Annibelli, Cândido Bastos, Tadeu Lúcio Machado e Haroldo Rodrigues Ferreira.

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei que se pretende modificar, no seu artigo 1º enumerou as diversas finalidades entre as quais o Município pode empregar a área doada pelo Estado.

Algumas delas são de observância impossível, já que o imóvel dista cerca de 2 Km do centro urbano, e para a sede de Campo Largo pode-se classificar como grande essa distância. De modo que parte das formas de ocupação permitida é impraticável, e parte desaconselhável.

Esses limites legais necessitam de alterações no sentido de facilitar a utilização do terreno, ou seja, devolver ao critério dos órgãos municipais, Prefeito e Câmara, através de lei, a melhor maneira de conferir-lhe a destinação conveniente.

De outro lado, a Lei em causa se apresenta excessivamente rígida na medida em que deixa entrever o uso direto e exclusivo pela municipalidade (art. 3º).

Entretanto, são múltiplas as iniciativas particulares deveras revestidas de caráter eminentemente público, que solicitam áreas para nelas implantar serviços de interesse da coletividade, sem visar lucro ou vantagem material de qualquer espécie.

É o caso, por exemplo, do pedido do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica, de Louça e Porcelana do Estado do Paraná (expediente anexo, que deseja edificar estabelecimento de ensino destinado a formar técnicos para o setor cerâmico, de extraordinária significação social e econômica para Campo Largo. Todavia, a área pretendida situa-se no imóvel recebido em doação através da Lei sob exame e o meio legal de o Município atender a essa demanda seria a doação. Contudo, a citada lei ao estabelecer a cláusula de inalienabilidade inviabiliza empreendimentos desse tipo.

Ora, o Município deve ser o encarregado de administrar livremente a aludida gleba, pois é ele quem recebe as reivindi-

cações comunitárias e possui os instrumentos e critérios para selecionar os melhores e mais favoráveis empregos desse bem patrimonial. E isso tudo sob a égide da norma minuciosa constante da Lei Orgânica dos Municípios, nos artigos 111 a 115, relativa à guarda e disposição dos bens públicos.

Nestes termos, o presente projeto visa tão-somente ensejar a utilização do imóvel de acordo com as necessidades locais, sentidas e manifestadas espontaneamente pela sociedade organizada e atendidas pelas autoridades do Município.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna, hoje, fugindo um pouco da norma, e do debate acalorado, das questões paranaenses, nacionais, da Constituinte, para falar um pouco de uma figura maior, porque seria impossível discorrer tudo sobre Carlos Drummond de Andrade, o nosso poeta que se despediu, mas que deixou marcada na alma brasileira a sua visão deste Brasil, com a sua crítica, e sua voz suave de poeta. Deixa na memória de cada brasileiro a sua mensagem universal de escritor maior deste País (Lê):

"O desaparecimento de Carlos Drummond de Andrade na última segunda-feira, consumado no estereótipo de um homem já velho e manifestado através de infartos e complicações respiratórias, trouxe nesses sintomas, invisíveis evidências de sua genialidade, facilmente percebida pelo mais leigo dos leitores. Do seu esforço pulmonar e do estancar de seu coração, jorraram não sangue e dor, mas palavras e rimas, que se já vinha se perpetuando na consciência do homem, certamente não o deixarão de ser a partir de agora.

Em se tratando de Drummond torna-se extremamente patético e pretensioso falar de sua vida e seus frutos. De que vale o registro de que o poeta nasceu numa cidadezinha do interior de Minas, chamada Itabira do Mato Dentro, de que em 1926, ingressou na imprensa como redator e entre tantas outras coisas, uma vez diplomado em Farmácia, jamais chegou sequer a retirar seu diploma na Universidade? Preocupação de Drummond não era o remédio da farmácia da esquina. A preocupação de Drummond era um remédio para a alma, como poeta e como escritor.

De que vale ressaltar seu estilo e fatos literários quando seus escritos estão a mercê do mundo, codificados sob os mais

diversos signos a exemplo das traduções tchecas e suecas, oriundas não de um português, mas de uma "língua brasileira" das mais claras e inteligíveis. Falar desse homem é como disse Gilberto Mendonça Telles, em seu prefácio no livro "Seleta" em Prosa e Verso de Drummond; "não há de ser nos traços biográficos ou em pinceladas inexpressivas que se encontrará a dimensão da personalidade desse poeta, essencialmente criadora".

Fica, não a dor da morte de um poeta velhinho, simpático e querido; de versos líricos, objetivos e contundentes. Fica apenas o sentimento de ausência definido por ele próprio em seu poema Corpo quando diz: "Por muito tempo achei que a ausência é falta e lastimava, ignorante, a falta. Hoje não a lastimo. Não há falta na ausência".

Falar também de sua essência poética, odisséia por que enveredaram tantos escritores, amigos e admiradores beira o insano. Ele próprio já disse numa de suas estrofes: "Lutar com palavras parece sem fruto. Não tem carne e sangue... Entretanto luto".

Avesso às pompas e critérios da Academia Brasileira de Letras, Drummond configurou-se no mais perseguido e caçado poeta brasileiro pelos imortais da Academia, cuja instituição dizia ter o dom de immortalizar da mesma forma o valor de alguns e a falta deles em outros.

E agora José? Perguntou um dia o poeta.

A morte chegou; responderia alguém. morte que ele próprio desafiou e vivenciou em seus versos, harmonicamente dispostos como no poema "A Morte no Avião", onde ele diz:

"Acordo para a morte, barbeio-me, visto-me, calço-me.

É meu último dia. Um dia cortado de nenhum pressentimento. Tudo funciona como sempre. Saio para a rua, vou morrer.

Pela última vez vejo a cidade. Ainda posso desistir, adiar a morte, não tomar este carro, não seguir.

Posso voltar e dizer: amigos! Esqueci um papel, não há viagem, ir ao Cassino, ler um livro.

Mas tomo o carro, indico o lugar onde algo espera. O campo, refletores. Passo entre mármore, vidro, aço cromado. Subo numa escada, curvo-me, penetro no interior da morte.

A morte dispôs poltronas para o conforto da espera. Aqui se encontram os que vão morrer e não sabem.

Café, jornais, chicklets, algodão para o ouvido.

Pequenos serviços cercam de delicadeza nossos corpos amarrados".

Com a morte de Drummond, lamento o

agradecimento; tornam-se conceitos que passam a desafiar a nossa racionalidade. Mas, independente dessas questões conceituais, fica a certeza de que, se de sua boca não mais emanam risos, críticas e poemas falados, certamente de sua memória se alimentarão nossos filhos.

Falamos de vida, de infância, de saudade e da morte. Drummond falou da vida, da infância, da saudade, da morte e do medo! Medo por ele descrito em 1945, em a "Rosa do Povo", de forma estupidamente lírica e brasileira. Disse ele:

"Na verdade temos medo. Nascemos no escuro. As existências são poucas: carteiro, ditador, soldado.

Nosso destino é incompleto.

Fomos educados para o medo.

Cheiramos flores de medo, vestimos pa-nos de medo.

De medo, vermelhos rios nadamos.

Refugiamo-nos no amor, este célebre sentimento e o amor falta.

Chovia, ventava, fazia frio em São Paulo.

Fazia frio em São Paulo. Nevava.

O medo com sua capa nos dissimula e nos berça.

Assim os criam burgueses.

Nosso caminho: traçado.

Por que morrer em conjunto? E se nós vivessemos?

O medo produz cárceres, edifícios, escritores, este poema; outras vidas.

ADEUS, vamos para a frente de olhos acesos.

Nossos filhos felizes,  
fiéis herdeiros do medo..."

Senhoras,

há três dias as nuvens não mais acumulam chuva;

delas penderão versos.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Nereu Carlos Massignan. Sinto-me feliz em ouvir o seu pronunciamento, até porque Vossa Excelência com este, resgata o que cada um de nós gostaria de dizer pelo falecimento de um poeta da grandeza de Carlos Drummond de Andrade. Porque, nobre Deputado, o poeta nos ensina uma verdadeira lição de vida; porque cada vez que morre um poeta, morre um pouco do sentimento que deveria existir entre o homem, a natureza e Deus.

O poeta consegue transmitir mensagens muitas vezes contundentes num linguajar bonito, não ofensivo. E essa lição serve muito a nós, homens públicos, a nós Parlamentares, de que a firmeza de propósitos, a defesa de causas, necessariamente, não passa pela digressão verbal, passa, sim, pelos posicionamentos firmes. Eu ouvia com

atenção, no seu pronunciamento, as diversas fases pelas quais passou Carlos Drummond de Andrade e em todas elas se fez presente, no entanto, transmitindo de uma forma bonita o seu pensamento, através de poesia.

Quero me congratular apenas, para não lhe roubar o tempo, com seu pronunciamento e acredito que ele sintetiza o pensamento desta Casa, que não poderia ficar omissa. Afinal, não tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, mas sim de conhecer as suas obras, e quando tantos homens são destacados e valorizados neste Poder, a morte de um expoente maior da poesia brasileira realmente não poderia passar em branco.

Parabenizo-me com Vossa Excelência e incluo nas suas palavras as minhas, como uma homenagem ao poeta morto que, sem dúvida alguma, a partir de agora será muito mais vivo na idéia, na lembrança de cada um de nós!

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, Ilustre Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana. Suas palavras reforçam e melhoram em muito aquilo que aqui dissemos em relação ao nosso poeta maior.

Repetiria as últimas palavras destes versos quando ele fala da ROSA DO POVO:

"Adeus

Vamos para a frente, de olhos acesos  
Nossos filhos, felizes, fiéis herdeiros do medo".

Dizia ainda, o Drummond:

"Quando eu nasci, um anjo torto, desses que vivem na sombra, me disse:

- Vai, Carlos, ser gauche na vida!"

Vamos ser todos nós, um pouco "gauche", nessa vida, para que o medo da mensagem, não a nós dirigida, mas, a nossos filhos, seja apenas uma mensagem poética; então tenhamos nós pais, para a frente, ter que novamente ler o poema ROSA DO POVO e terminar com esse conselho tão patético, aos nossos filhos - "Adeus

Vamos para a frente de olhos acesos

Nossos filhos, felizes, fiéis herdeiros do medo"

Tenho certeza que, alterando, mudando, sendo "gauche" na vida, poderemos dizer aos nossos filhos, netos, gerações futuras - desculpe-me Drummond se vou mudar o seu poema, se sonho em mudar esse seu poema da ROSA DO POVO e dizer aos meus filhos, aos meus netos, às futuras gerações do Brasil

"Nossos filhos, felizes, fiéis herdeiros da felicidade!"

E aproveitando, depois deste emocionante momento de homenagem a Drummond, quando se fala do medo, vamos falar um pouco das atuais do Brasil. É agora, a questão

política, é a greve, é o Brasil, é o momento atual, é a realidade, é o medo de que falava Drummond.

Vivemos um momento histórico - e este é um outro discurso, meus Companheiros.

(Lê):

"Vivemos um momento histórico em que a sociedade brasileira reclama o final do período de transição democrática e o início da construção de uma nova Nação, calcada em uma Constituição moderna, democrática, nacionalista e que destaque a prioridade social na atuação do Estado.

Com a aurora da democracia em nosso País, a partir da eleição do Presidente Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, a sociedade civil pôde partir para uma organização mais esmerada, onde a discussão dos problemas brasileiros e dos anseios de nossa gente foram privilegiadas. Da organização popular nasceu a pressão legítima sobre o governo, que deve ser encarada com naturalidade pelos verdadeiros democratas, e como construtiva pelo governo. O direito à greve é indiscutível em qualquer Nação democrática. A pressão dos trabalhadores só pode se dar com a força que possuem. E a força do trabalhador é seu trabalho, o suor vendido a preço de fome aos donos do capital e suor do trabalhador é o seu trabalho. Deixar de oferecer este trabalho é a forma única de pressão dos trabalhadores; única, mas essencialmente legítima.

A greve de amanhã, convocada pelas entidades legitimamente constituídas como representantes dos trabalhadores brasileiros, a CUT e a CGT, representa o grito e o clamor de protesto da Nação brasileira contra alguns desvios praticados pelo Governo Federal.

A greve de amanhã é fundamentalmente política. Reclama do Governo Federal posicionamento firme frente a questões basilares da vida nacional. Minimizar a greve geral amanhã, considerando-a econômica, ou salarial, é incorrer em erro de análise conjuntural. O movimento grevista que há de atingir a maioria dos trabalhadores do País é eminentemente político, como também o é o problema da dívida externa deste País, esta herança de cento e vinte bilhões de dólares nos últimos vinte e tantos anos, em que a sociedade brasileira apenas recebia notícia do contrato desta dívida externa, em que todos recebíamos indignados o monitoramento do FMI e que esses investimentos eram aplicados ao bel prazer do ditador de plantão de então.

Repito, o movimento grevista é político, como o é o problema da dívida externa, político, como se vislumbra o uso da lei de segurança nacional, e que quando alguns companheiros do meu partido a invocam, eu me rebelo, e fico indignado contra essas

posturas de ministros, inclusive do nosso partido. Político, como a incitação do Ministro Paulo Brossard contra os trabalhadores, apelando rigor às polícias dos Estados. Rigor sim, contra a dívida externa, contra o arrocho salarial, contra aqueles que querem uma Constituinte retrógrada, uma Constituinte em que não haja o novo e na qual repitam as vontades das elites deste País.

Não, Ministro Paulo Brossard, não é preciso rigor das Polícias Militares, porque os trabalhadores sabem fazer uma greve geral marcando seu direito indelevelmente, mas não ferindo o direito dos outros. Não é com a polícia que vamos administrar a greve, é com a conversa política, é reconhecendo a legitimidade do movimento, é abrindo as portas para a discussão, e para o avanço da classe trabalhadora.

Senhor Ministro Paulo Brossard, invoco seu passado liberal, de homem que apoiou a Revolução de 1964, e dela desgarrou-se, desencantado. Continue com seu desencanto ao autoritarismo, faça aflorar de novo no seu pensamento ao menos uma postura liberal Ministro Paulo Brossard.

O movimento grevista merece pois, uma análise profunda e política.

A liberdade democrática que engatinha-se no Brasil ensinou aos trabalhadores a discussão política. E os trabalhadores começam a conscientizar-se dos aspectos equivocados na gestão do País.

A dívida externa é ponto fundamental para que o Brasil possa atingir a estabilidade econômica. E a moratória, a revisão de seu conteúdo, a auditoria para fixar seu valor e a determinação de uma nova política para pagá-la, fazem parte das reivindicações dos trabalhadores brasileiros. E esta exigência caracteriza a compreensão altamente qualificada que os trabalhadores possuem do momento em que vivemos.

Sabemos que com a sangria de bilhões de dólares anualmente para o pagamento dos serviços da dívida, com a rolagem do principal que forma uma bola de neve interminável, o Brasil jamais conseguirá seu desenvolvimento, e será, perenemente, um País a servir aos interesses imperialistas dos Estados Unidos e dos demais países desenvolvidos. É hora de lutarmos pela nossa independência econômica, política, social e cultural.

O único tratamento aceitável para a Dívida externa é o político. Discuti-la economicamente é um equívoco, é sucumbir, o que caracterizado, há de custar a nossa soberania.

Dias após a decretação da moratória pelo Governo brasileiro, o Senador norte-americano, vejam bem, Senhores Deputados, Bill Bradley, do Partido Democrata, afirmava peremptoriamente em discurso no Par-

lamento americano, que "as democracias não tolerarão por muito tempo líderes que privilegiem o pagamento da dívida em detrimento do crescimento e do combate a pobreza". É um Senador americano que diz isso, e, com muito mais angústia, os brasileiros devem dizer isto, meus companheiros!

Senhor Presidente, Senhores Deputados: apoiar o Plano Bresser, dizia-nos o Senador Mário Covas na Convenção Nacional, é antes de mais nada, apontar seus erros para que possam ser corrigidos. E neste sentido, o fim do arrocho salarial deve ser imediatamente suspenso, para se adquirir a credibilidade junto à classe trabalhadora.

No Parlamento, cabe-nos espelhar os sentimentos populares, que são identificados pelo anseio de renovação. Renovação no modo de condução do País, conduta da política econômica e social, de comportamento do Parlamento, que deve ter a dignidade de se somar essas angústias às pobreza esparramadas, para, se não tivermos criatividade, pelo menos, repetir as palavras do Senador Bradley.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concedo o aparte ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço e queria aproveitar esse momento importante da vida nacional para parabenizá-lo pelo seu pronunciamento no qual reconhece a forma, muitas vezes não legal, mas legítima, da sociedade se pronunciar e intervir e manifestar os seus desejos e os seus interesses.

Realmente, está de parabéns esta Casa, porque está se mostrando cada vez mais preocupada com os problemas que realmente atingem a maioria da população, e especialmente aquela maioria constituída pelos que produzem a riqueza nacional.

Vossa Excelência justificou muito bem: a greve é política, como são políticos os problemas nacionais e os problemas internacionais.

Portanto, as atitudes que deverão ser tomadas, sejam elas quais forem, elas sempre são políticas. Simplesmente com atitudes econômicas nós certamente não buscaremos a solução da veia mestre do problema brasileiro e do problema internacional.

Por isso, estamos requerendo desta Casa de Leis, cujos integrantes são trabalhadores - e porque a nossa tarefa é fazer as Leis do Estado do Paraná, e fazer lei é um trabalho digno, e talvez, o mais importante de todos -, portanto, como nós trabalhadores selecionados neste Estado, o apelo que nós estamos fazendo é de que amanhã nós nos enganemos e participemos ativamente, conforme requerimento já apro-



vado aqui nesta Casa, da greve geral convocada pelas centrais sindicais que é o que nós temos de melhor. Acreditamos ser esta a solução nacional, através das formas democráticas, através da organização popular, através da organização dos trabalhadores.

Por isso nós temos que suspender os trabalhos do dia de amanhã, o nosso trabalho, essa parte dos trabalhadores que trabalham nesta Casa de Leis. Certamente nós teremos que parar de trabalhar para, em protesto contra o arrocho salarial, contra o Plano Bresser, como foi muito bem colocado por Vossa Excelência que veio para impor mais arrocho. Além da suspensão do pagamento da dívida externa, vamos reivindicar no dia de amanhã a reposição das perdas salariais, uma Constituinte democrática, sim, nobre Deputado, eleições diretas em 1988, estabilidade no emprego, Reforma Agrária e reivindicar liberdade de organização sindical.

Parabéns. E espero que esta Casa cada vez mais assuma uma postura em defesa da grande esperança, que é a conquista da democracia nesta Nação. Muito obrigado, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, Deputado Pedro Tonelli.

Obrigado a Vossa Excelência por reconhecer que nesta Casa existem Deputados, Parlamentares e muitos que estão preocupados com a situação do trabalhador.

Esta minha postura não é exclusiva porque nós estamos, inclusive, encaminhando uma Moção de solidariedade à greve e estamos consultando os Senhores Deputados.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que fique registrado, pois, nosso apoio incondicional ao movimento grevista desta quinta-feira, data para a qual solicitamos a suspensão dos trabalhos no Legislativo Estadual. Afinal, com esta solidariedade marcaremos a nossa posição como representantes do povo brasileiro e representantes dos interesses dos paranaenses. Esta é a minha postura e espero que todos compreendam este momento brasileiro. As razões aqui expostas são profundas.

Fiz dois discursos. Um para homenagear Carlos Drummond de Andrade e outro para me indignar com a dívida externa, com a situação do trabalhador, com essas coisas da atualidade do Brasil.

E vou encerrar invocando ...

O Sr. Paulino José Delazeri Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu estou com o meu prazo quase esgotado, nobre Deputado, e acho que não teria mais a

oportunidade do prazer de ouvi-lo. Peço escusas, porque estou encerrando. E encerro então com meu grande poeta Drummond de Andrade, ainda no seu poema "Rosa do Povo":

"O medo produz cárceres  
Que não haja mais nem medo, nem cárceres

Que haja justiça e liberdade".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Registramos com prazer as presenças dos Vereadores de Campo Mourão, representantes do Distrito de Louisiânia, Nelson José Turik e Antonio Abrão dos Santos, e também Senhor Santo Monegato, que é o Presidente da Comissão de Criação do Município de Louisiânia.

No Horário das Lideranças, consultamos o Líder do PMDB se fará uso do seu tempo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Havendo declinado, consultamos a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras. Colegas Parlamentares demais trabalhadores integrantes desta Sessão de hoje, que começou muito bem, trazendo aquilo que é talvez o nosso compromisso principal, as preocupações da população paranaense. Uma preocupação fundamental de todos nesse Estado e nessa Nação trazida no dia de ontem, foi questão da Reforma Agrária. E talvez nem todos os nobres Pares nesta Casa estão informados, mas há poucos instantes foram ocupados os Estabelecimentos do Incra do Paraná e a Secretaria Estadual de Reforma Agrária. Foram ocupados por cerca de 70 trabalhadores rurais sem-terra que há muito tempo vêm sendo enganados com promessas, com ilusões e com falsas afirmações por parte principalmente do Governo Federal e também do Governo Estadual.

Os trabalhadores rurais sem-terra ocupantes de uma área de 1019 hectares de terra, terra esta do INCRA, denominada Fazenda Padroeira do Brasil, em Matelândia, para através do seu movimento, o Movimento dos Sem-Terra do Paraná e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que os apóiam, vêm a público para reafirmar que ocuparam esta área do INCRA em junho de 1987, depois de esperar por mais de dois anos acampados na beira das estradas sem nunca ter recebido uma proposta concreta por parte do INCRA, do Governo do Estado para solucionar o seu drama.

A decisão destes sem-terra é de só sair de lá despejados pela força policial, porque entendem que os fazendeiros, os industriais e inclusive políticos que se dizem posseiros, não precisam daquela área para sobreviver. Dizem também que tentaram todas as formas pacíficas e legais para obter um pedaço de terra para viver e alimentar os seus filhos, mas que, sistematicamente, o Governo Federal e o Governo Estadual se recusaram a encaminhar uma solução viável para o seu problema.

Diante de um julgamento viciado e incompleto - da Vara Agrária Federal de Foz do Iguaçu - em convivência com o INCRA, legítimos proprietários da área, e com a omissão do Governo do Estado do Paraná, estão na iminência de ser despejados de forma violenta pelo próprio Governo que é o dono da terra.

Hoje, às onze horas da manhã, ocuparam o INCRA e a Secretaria de Reforma Agrária para exigir, basicamente, três reivindicações.

- 1.<sup>a</sup> - A sustação do mandato judicial de despejo pela força policial;
- 2.<sup>a</sup> - A imediata titulação dos 1019 hectares, que são do INCRA, para as famílias dos sem-terra que lá estão;
- 3.<sup>a</sup> - A desapropriação imediata de terra suficiente para assentar as demais mil e quatrocentas famílias de acampados no Paraná. Aliás, tudo isso já foi encaminhando há muito tempo pela Comissão Agrária do Estado do Paraná, cujo relatório e Parecer sobre 30 mil hectares de terras que, se agilizada a sua desapropriação, resolveriam a questão.

A não aceitação por parte do Governo Federal e do Governo Estadual dessas três exigências mínimas implica em os mesmos assumirem a responsabilidade diante da sociedade do que vier acontecer de ora em diante.

E diga-se também que, desesperados, apelamos a todos os setores da sociedade a que ajudem os sem-terra a conquistá-la para poder manter vivos seus filhos que há mais de dois anos passam fome, frio, miséria, doenças, enfim todas as privações e sofrimentos imagináveis.

Eles exigem mais. Exigem do Governo do Estado do Paraná, que muito bem fala em moralizar o Paraná, que acabem com a injustiça que os seus antecessores estão cometendo com os sem-terra e com todos os marginalizados deste Estado.

Estas são algumas justificativas pelos quais os sem-terra, no seu desespero, procuram os órgãos públicos, a Secretaria de Reforma Agrária e o INCRA do Paraná, para exigir simplesmente o cumprimento de um compromisso, um compromisso assinado pelo próprio Governo Federal e pelo Governo deste Estado, subscrito nesse documento e

que se fosse cumprido mostraria as próprias autoridades deste Estado e desta Nação certamente não mais tomando tais atitudes.

me sua posição para que este documento assinado pelo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, ex-Governador, pelo Sr. Walter Peçoits, pelo Senhor Francisco Lutero, pelo movimento dos sem-terra, Luiz Cordoni Júnior (Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo de Vossa Excelência está esgotado. Vossa Excelência tem um minuto para terminar seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - ... assinado também pelo Senhor Jesus Sarrão, Secretário de Segurança, pela Secretária de Educação, Gilda Poli, pelo Bispo de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Faza e por Cecília Garzone, Secretária da Secretaria de Reforma Agrária. O que eles querem é simplesmente o cumprimento deste acordo, desse compromisso das autoridades constituídas na época e que até agora não foi cumprido.

Muito obrigado, Senhor Presidente e nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O País vai parar amanhã. Total ou parcialmente, mas não importa, vai parar um grande contingente de trabalhadores. Duas vertentes fundamentais sustentam a mobilização para a greve geral dos trabalhadores brasileiros.

Uma, é o protesto contras as medidas econômicas que vem adotando o Governo ilegítimo do Senhor José Sarney e seus amigos do Clube do Pericumã! Medidas estas que só tem feito desorganizar a economia nacional, debilitando o sistema produtivo, levando ao caos o abastecimento, levando a falência pequenos e médios empresários com os altos juro praticados, levando os trabalhadores ao desespero, ao desemprego, à fome, e, criminosamente, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, especialmente nas mãos dos banqueiros!

O PDT e os trabalhadores nesta greve geral querem dizer NÃO À RECESSÃO, que aí está abrindo uma perspectiva de dúvidas quanto ao futuro da Nação!

Querem dizer que é impossível continuar aguentando o arrocho salarial, política desprezível para quem move a engrenagem do desenvolvimento e da riqueza deste País!

Querem a reposição das perdas salariais de 37,74% em razão de não ter sido disparado o gatilho e de não se considerar, para efeito de cálculos, a inflação da segunda quinzena de junho. Roubo descarado, exercido pelos manipuladores oficiais de índices e dados.

Os trabalhadores querem a garantia de emprego para terem um mínimo de confiança de que amanhã retornarão ao trabalho!

Senhores Deputados, mesmo atendidas estas reivindicações a situação do trabalhador continuará em patamares não compatíveis com a sua produção e as suas necessidades.

Não é necessário muito esforço ou grande exercício de inteligência para se perceber que o trabalhador se movimenta, historicamente, no sentido de sair da mão única, estabelecida pela ganância dos lucros excessivos e desacertos do Governo Federal, sem retorno ao bem-estar social e econômico da sociedade brasileira!

E a este movimento, como reagem os deuses do OLIMPO, em Brasília?

E como reagem eles?

O Bresser, milagreiro de plantão, diz aos empresários "para não cederem às pressões dos trabalhadores".

O Teixeira, auxiliar de cerimônia, diz que "tudo vai bem", de acordo com o planejado", e, o grande e soberano chefe do OLIMPO, José Sarney, envia em Rede Cósmica de comunicação "GLOBAL", "os parabéns aos trabalhadores por nunca terem ganho tanto quanto no seu governo", e acrescenta, ainda, na mensagem "celestial" que "tendo em vista a necessidade de aumentar as tarifas, por estarem os empresários da área de transporte com dificuldades na compra de CARNE DE SEGUNDA - CONCEDERÁ um abono de Cz\$ 250,00 a todo aquele que ganhar até cinco salários mínimos, resolvendo, assim, o problema dos proprietários que poderão consumir a CARNE DE PRIMEIRA já que se acumula nos açougues".

É a total falta de respeito.

É uma afronta à dignidade humana!

É puro sarcasmo! É o abono da fome e da miséria!

Cabe perguntar, para quem governam estes Senhores?

Senhores Deputados, em nenhum momento, nos últimos quarenta anos da história econômica deste País, esteve o trabalhador vivendo índices tão baixos de salários e de qualidade de vida. Falo dos dois salários existentes: o nominal e o real. O nominal é, em si mesmo, um atestado de pobreza! O real, que é o poder de compra, é a própria referência da miséria! Pergunto, como pode viver um chefe de família com Cz\$ 1.969,00.

Este valor é menos do que custa um par de sapatos, que estão expostos na vitrine

da cidade! É humilhante, Senhores!

E o que quer o trabalhador brasileiro? Qual é a sua luta?

Quer apenas, ganhar o mínimo que lhe possa garantir as condições básicas para uma vida digna e honrosa para si e para os seus!

Apenas isto!

Quer garantir o estudo de seus filhos.

Quer garantir a assistência à saúde.

Quer garantir a moradia.

Quer garantir uma ração alimentar compatível com as necessidades humanas, evitando, assim, a prostituição e a marginalização no seio da família! Nada mais que isto!

É lamentável, no entanto, que se veja no País que é a 8.<sup>a</sup> economia do mundo, um quadro regressivo do ganho do trabalhador como este que passo a relatar, em valores já deflacionados e cuja fonte é o Diário Oficial da União:

Em 1944, o salário mínimo correspondia a 3.074,91 cruzados, ou seja uma vez e meia o de hoje, em 1956 equivaleria a 6.109,02 cruzados ou seja quatro vezes o atual! Em 1979, à 3.731,81 cruzados, em 1985 à 2.522,15 cruzados e em junho de 1987, à 1.969,92 cruzados.

Vejam Senhor Presidente e Senhores Deputados que a história dos trabalhadores é de perda constante do seu ganho!

Enquanto que, por outro lado, jamais a história do custo de vida dos preços das mercadorias, da habitação e da saúde foi de baixa, de redução.

É fácil, portanto, concluir a defasagem salarial, e o estado de calamidade em que se encontra o trabalhador brasileiro!

Esta, Senhores Deputados, a vertente econômica, resumidamente, da Greve Geral.

Vamos à luta.

Em 1984, 45 milhões de brasileiros foram às ruas, tomaram conta das praças, clamando por eleições diretas para Presidente da República. Vou refrescar a memória dos mais distraídos com as razões que lavaram o povo brasileiro à maior de todas as manifestações já ocorrida em nosso País em todos os tempos!.

A primeira razão foi, naturalmente, dar um fim no ciclo dos militares no poder. A Nação já não mais suportava a falta de liberdade e de segurança em que vivia! Exigia à volta ao estado de Direito, a volta a democracia! A dívida externa de 110 milhões de dólares em vias de ser negociada com grandes sacrifícios para a sociedade mas, principalmente, para os trabalhadores, que sempre são os convocados a pagar com os seus salários a política do arrôcho. A inflação, alcançando aos três dígitos, era prenúncio de tempestade, de grandes dificuldades, sempre maior para os trabalhadores, porque a eles nada sobra

para aplicar no mercado financeiro, a menos que poupassem a fome! Ao lado disto tudo somava-se um quadro de 35 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta e de 45 milhões em estado de pobreza relativa, fruto este do desmando, do roubo e da corrupção que institucionalizou-se no País impunemente! E, mais, o povo aguardava com ansiedade a chegada da oposição ao poder aplicar as reformas que durante vinte anos apregou em todos os recantos brasileiros. Era chegado o momento. A esperança da Nação resplandecia em todos os rostos. O povo foi chamado a ir às ruas.

Precisavam desta pressão, diziam eles, o povo foi, e voltou para casa para aguardar o grande dia em que iria eleger o seu Presidente depois de vinte e quatro anos sem fazê-lo. Aí o CONCHAVÃO correu solto e firme. Os iguais se juntaram e fundaram a Aliança Democrática, cuja missão era levar ao poder os fisiológicos, manter alguns que lá estavam, colocar outros, e seguir com o Brasil no atoleiro porque o atoleiro dá muito lucro, permite muito roubo e facilita a corrupção! A traição à vontade da Nação estava consumada!

A desilusão, a frustração tomou conta do povo brasileiro!

Era impossível de se acreditar! Mas, aconteceu.

O quadro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que moldurava a mobilização pelas diretas é o mesmo até hoje, com a ressalva de que não temos um militar na presidência, mas temos uma Presidência tutelada.

A política de arrocho, a dívida externa, os 75 milhões de pobres e miseráveis, a recessão, o desemprego, os menores abandonados, a prostituição em ascensão, a marginalidade crescendo com a violência, o custo de vida, a inflação, a incerteza, a desesperança, enfim, Senhores Deputados tudo continua como antes.

Mas, veio a Constituinte, que não empolgou a sociedade, mas de certa forma criou expectativas. O povo se articulou e enviou, diretamente as suas emendas, mas pelos relatórios preliminares, nos parece que já prepararam uma nova grande frustração para o País.

Os trabalhadores a tudo observam e estão atentos!

Os Constituintes do PMDB serão, sem dúvida, cobrados quanto as suas promessas de palanques. A Aliança Democrática, maioria absoluta no Congresso Constituinte, responderá historicamente pela Carta que vai ser redigida. E pelo que se dá a conhecer, nada vai mudar. Haverá apenas uma maquiagem. Muito superficial. De mudanças profundas, NADA.

Esta, Senhores Deputados, também resumidamente, a vertente política que susten-

ta a mobilização para a GREVE GERAL de amanhã.

Mas temos absoluta certeza, seja qual for o resultado, a luta dos trabalhadores não vai parar aí!

E onde quer que estejam travando o bom combate, lá estaremos NÓS!

Desse modo este Deputado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia, na forma regimental, requerimento no sentido de que, no dia 20 próximo, sejam suspensos os trabalhos plenários e administrativos da Casa.

Tal solicitação se justifica pela realização da "Greve Geral" dos trabalhadores, em protesto pela crise econômica-social que grassa no País. Além da Casa, ~~ser~~ composta pelos representantes do povo, a paralização dos serviços de utilidade pública trará, possivelmente, sérios embargos para o deslocamento dos funcionários do Legislativo de suas casas à Assembléia". (Termina de ler):

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado e lhe concede um minuto para encerrar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, o PDT se soma a esta luta dos trabalhadores.

Na Mesa da Presidência, esta tarde, este Parlamentar, em nome da Bancada do PDT encaminha um ofício, um requerimento, pedindo a suspensão dos trabalhos deste Plenário e de toda a parte administrativa da Assembléia no dia de amanhã, em solidariedade a todos os trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado consultamos à Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em março deste ano, este Deputado apresentou Projeto de Resolução, que visa alterar o artigo 123 do Regimento Interno da Casa, tornando obrigatório a juntada de toda a legislação alcançada por qualquer proposição que esta Casa receba.

É comum os Deputados receberem nas Comissões, e depois delas, projetos de proposições as mais diversas, para sobre elas discutirem, sem que se tenha em anexo a legislação à que essas proposições se re-

ferem.

E, lamentavelmente, desde março nós não temos conhecimento de que pelo menos a C.C.J. tenha recebido o nosso Projeto.

Portanto, estou pedindo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que urgencie a tramitação do Projeto de nossa autoria, tendo em vista a sua relevância, no nosso entendimento.

O outro assunto que me traz à tribuna, Senhor Presidente, é o pedido que fazemos ao Senhor Ministro dos Transportes e também ao Senhor Governador Álvaro Dias, para providências de serviço de recuperação no trecho da BR-376 entre Maringá e Paranavaí.

O Deputado Federal Dionísio Dal-Prá tem recentemente e por mais de uma vez, mantido contato com o Senhor Ministro, reclamando essas providências ao Ministério dos Transportes, já que se trata de uma BR. O documento mais recente que aquele Deputado Federal Dionísio Dal-Prá, com representação em todo o Noroeste do Estado, faz ao Senhor Ministro reclamando a recuperação desta estrada, diz que a referida estrada encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade, sem acostamento asfaltado e sem terceira pista em locais de lombadas.

Ele ainda acrescenta que aquela Rodovia recebe tráfego muito intenso proveniente dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, com destino ao Porto de Paranaguá, e sul do Brasil, via Presidente Prudente. E discorre ele fartamente com argumentos convincentes, sobre a necessidade da destinação de recursos para aquele serviço, especialmente agora que o Governo do Estado, por determinação do ex-Governador João Elísio, faz construir naquela estrada, entre Maringá/Londrina, a duplicação de pistas. Não se justifica que essa estrada, tendo no trecho Paranavaí/Maringá a mesma intensidade de tráfego, receba duplicação apenas de Londrina a Maringá, não se fazendo o mesmo, no trecho Paranavaí/Maringá. Se as obras de duplicação não forem feitas pela inexistência de recursos econômicos, de imediato, que, pelo menos, se faça na forma como propõe o Deputado Federal Dionísio Dal-Prá, de recuperação de todo o trecho, com a pavimentação dos acostamentos e das lombadas propiciando, em alguns casos, a terceira pista.

Assim sendo, este Deputado apresenta um Requerimento pedindo aos Senhores Deputados, o seu apoio e o seu voto. (Lê):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

"O Paraná enfrenta sérios problemas no que diz respeito a sua malha rodoviária federal.

Com efeito, nenhuma rodovia federal em território paranaense apresenta perfeitas condições de tráfego. Ao contrário, e sem exceção, todas estão a merecer mais e maior atenção.

A BR-376, no trecho entre Maringá e Paranavaí, é um exemplo. De grande importância estratégica para a região noroeste, há muito carece de cuidados maiores por parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tal a precariedade de suas condições de tráfego.

As reclamações são inúmeras. Prefeituras, Câmaras de Vereadores, entidades Classistas toda a comunidade regional enfim, vem pleiteando melhorias que impliquem numa completa restauração do trecho ou, mesmo, em sua duplicação.

Justificativa para isso existem de sobra, basta mencionar que o tráfego, ali, chega a mais de 5 mil veículos por dia. Em grande parte, veículos que levam para os centros de consumo a produção agrícola e pecuária da região. Veículos sempre sujeitos aos mais graves imprevistos, como comprovam os inúmeros e lamentáveis acidentes, quase sempre de trágicas e sérias consequências.

Dados oficiais do DNER, relativos apenas ao último mês de junho, mostram que nada menos de treze pessoas perderam a vida no trecho entre Paranavaí e Maringá, enquanto dezenove outras resultaram feridas.

São perdas humanas irreparáveis, sem contar com o valor enorme dos prejuízos materiais!

É exatamente por isso que, fazendo coro às vozes que clamam pela restauração ou, melhor ainda, pela duplicação do aludido trecho, entre as quais as do ilustre companheiro e representante da região em Brasília, Deputado Federal Dionísio Assis Dal-Prá, venho também, desta tribuna, fazer um apelo às autoridades federais e estaduais, ao Senhor Ministro dos Transportes, em especial, para que acolha as reivindicações - inúmeras reivindicações - que já lhe foram encaminhadas. E, que, com a maior urgência, determine as necessárias providências para o início imediato das obras de recuperação e melhoria das condições de tráfego da BR-376, entre Maringá e Paranavaí. E ao Senhor Governador do Estado, para que também interceda junto àquele Ministério, a fim de sensibilizar os responsáveis pelo setor para a gravidade da situação.

Paranavaí e toda a região servida pela BR-376 merecem essa atenção. Merecem, sobretudo, ficar livres dos perigos e das ciladas a que estão sujeitos todos aqueles que se utilizam dessa estrada.

É com esse sentido, Senhor Presidente, que estou encaminhando requerimento à Me-

sa, esperando, desde já, contar com o apoio e a solidariedade dos nobres Senhores Deputados. Requerimento, solicitando a atenção do Ministério dos Transportes para a solução do problema, e, do Senhor Governador do Estado, todo empenho, no sentido de que a região Noroeste veja atendido o seu clamor".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Consulto a Liderança do PL, se deseja fazer uso do seu horário?

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando hoje a esta Casa, Requerimento onde faço um apelo ao Governo do Estado, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Finanças, a fim de que se beneficie o produtor e também o consumidor, em relação a uma medida ontem estabelecida pelo Conselho de Política Fazendária, CONFAZ. Este órgão autorizou ontem os Estados a revogarem uma série de isenções de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, ICM, de diversos produtos, entre os quais o leite tipo C, pescados, ortigranjeiros, carne de aves, inseticidas, medicamentos veterinários, embarcações e obras de arte. Nas medidas ontem estabelecidas dois efeitos estão sendo previstos.

Primeiro: o aumento da arrecadação dos Estados; segundo: o aumento dos produtos à nível de consumidor.

Como esta isenção é facultativa aos Estados, estou formulando apelo ao Governador do Paraná, no sentido de que não seja cobrado ICM em relação ao leite C, como também aquele com 2% de gordura, cujo consumo pelos menos favorecidos é mais expressivo, da mesma forma apelo para que se estenda essa isenção aos ortigranjeiros, facilitando a vida de tantos pequenos produtores, principalmente em nossa região metropolitana, no cinturão verde de Curitiba.

Conheço muito bem a situação dos produtores da Colônia Witmarsum, por outro lado, com os quais freqüentemente convivo, sentindo as suas dificuldades. Com o custo de produção alta, não apenas estes, mas todos os produtores de leite do Estado vem sentindo a retração do mercado consumidor, sugerindo-se inclusive que com esta sobra do leite atualmente observada em pleno inverno, o Governo estude a possibilidade de estocagem do leite em pó, facilitando ao consumidor, no período de entre-safra.

A isenção do ICM à nível de produção e consumo, é um ato de justiça, nada tendo a ver com a preocupação do Governo em evitar mecanismos que alimentem a inflação, e

além do mais não me parece que os Estados estejam preocupados com queda de receita, necessitando embutir, através do ICM, mais um ônus a produtores e consumidores retraindo para ambos um mercado que continua com dificuldade.

Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não será no castigo das tribuções que serão solucionados os problemas da receita, principalmente quando se tributam produtos como o leite e ortigranjeiros, cada vez mais distantes da mesa do consumidor.

No requerimento a esta Casa apelo ao Governo do Estado para que esta isenção do ICM ao leite tipo C e ao magro, com 2% de gordura, como também aos ortigranjeiros, seja o reconhecimento aos produtores e consumidores que atualmente experimentam dificuldades, primeiro com um alto custo de produção e a retração do consumo, e, o segundo com a falta de condições de manter uma mesa pelo menos razoável.

Estendo este apelo à Secretaria da Agricultura como oportuno, como também faço uma extensão na pessoa do titular da Secretaria de Estado da Agricultura, Osmar Dias, à cuja sensibilidade estou apelando no sentido que se dê o apoio devido, para que esta tributação que ocorre presente-mente em relação ao leite, seja retirada. Desta maneira nós estaremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cumprindo com aqueles propósitos que certamente estão movendo a todos os que aqui se encontram, no sentido de beneficiar os menos favorecidos pela sorte, ainda mais às vésperas desta greve geral que está sendo proclamada como um passo importante para a ouvida do clamor dos trabalhadores. Não é apenas o salário em si que deve ser defendido, mas, também as condições para que o trabalhador brasileiro possa ter a nutrição necessária para o atendimento de suas necessidades principais.

Estou certo de que, brevemente poderei ocupar esta tribuna para manifestar a nossa manifestação, por esta medida, que esperamos se cumpra no Estado do Paraná, que tem sido modelar em tantas outras decisões.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Algaci Túlio para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, formada espe-

cialmente para apurar denúncias de corrupção dentro do esporte do Paraná. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 17/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 03/87), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arapongas, o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00 m<sup>2</sup> e benfeitorias nele existentes, localizado naquela municipalidade, objetos de matrícula 621, registrados no Livro-2, do Cartório do 2.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 19/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 26/87), objetivando conceder uma pensão de três salários-mínimos à escritora paranaense MARIA NICOLAS. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 66/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JARDIM BOM PASTOR, de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 86/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VIAJANTES DO SUDOESTE NOVO, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 87/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ALEXANDER FLEMING, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 90/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS DO BANEIRO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 31/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 43/87, ex-Proposição n. 51/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, no qual figuram como intervenientes a EBTU, Secretaria do Planejamento, a COMEC, o IP-PUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras, serviços e demais atividades, conforme especifica. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 32/87, (Mensagem n. 10/87, ex-Proposição n. 20/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 22/09/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a realização da IX Semana de Integração Econômica no Município. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 33/87, (Mensagem n. 23/87, ex-Proposição n. 33/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Geração de Empregos e Renda. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 34/87, (Mensagem n. 44/87, ex-Proposição n. 52/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da



C.C.J., que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 35/87 (Mensagem n. 46/87, ex-Proposição n. 54/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova o termo aditivo n. 1/86, convênio n. 99/85 e o termo aditivo n. 2/86 ao convênio n. 72/85, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários e a Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de "Projetos de Criação de Emprego e Renda", bem como o aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 178/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 93/86), objetivando dar nova redação ao "caput" do artigo 2.<sup>o</sup> e ao artigo 8.<sup>o</sup>, ambos da Lei n. 8084, de 05.06.85, que estabelece normas para tratamento diferenciado no campo tributário, às microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 370/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que cria o Município de Luiziana, com território desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas do atual Distrito Administrativo, com sede e foro na localidade do mesmo nome. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 370/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica criado o Município de LUIZIANA, com território desmembrado do Município de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na barra do rio Sem Passos, no rio Mourão, seguindo deste ponto em sentido leste, pelas divisas das terras de Manoel Mendes de Camargo, com a gleba 2, da Colônia Mourão e, posteriormente, pelas glebas 4, 5 e 6 da Colônia Muquillão, com a divisa sul da Colônia Corumbataí, até atingir o rio Chupador; subindo por este até alcançar a divisa da Gleba 3-6 da Colônia Muquillão, e por esta até atingir o rio Formoso; seguindo por este até sua cabeceira, donde por uma linha seca, alcan-

çam a cabeceira do rio Tricolor, pelo qual descem até o ponto de encontro da divisa da Colônia Goio-Bang (que faz divisa com o Município de Mamborê); seguindo por esta divisa em sentido norte, até alcançar o rio Mourão, donde desce até a barra do rio Sem Passos, ponto de partida."

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O abaixo-assinado que estamos anexando ao presente plano de lei, bem demonstra a ansiedade dos moradores de Luiziana a fim de verem seu Distrito ser elevado à condição de Município, cuja emancipação irá se constituir em benefício para o progresso paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 370/84

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 83/87

PARECER:

I - De autoria da ilustre Deputada Amélia Hruschka, o projeto cria o Município de Luiziana, desmembrando do Município-mãe, Campo Mourão.

II - Acompanha o projeto, abaixo-assinado de inúmeros eleitores do Distrito emancipando (fls. 02/9). A Lei n. 5162 criou o Distrito de Luiziana (fls. 16). Em 25 de outubro de 1980, era atestado pelo IBGE que a população do Distrito era de 11.740 habitantes (fls. 17).

III - O primeiro relator designado, Deputado Tadeu Lúcio Machado, em sua primeira manifestação requereu diligência junto à Assembléia, para que fosse cumprido o que exige a Lei Complementar n. 2, de 18 de junho de 1973.

Foi deferido pelo Presidente da CCJ de então, no dia 18.06.85. Em 04.03.85, o chefe do Núcleo Regional informava que o Distrito possuía:

área total	35.646.233 alq.
área de lavouras permanentes	772.055 "
área de lavouras temporárias	14.565.615 alq.
efetivos de pecuária:	
bovinos	45.921 cab.
suínos	7.556 "
aves	25.183 "

IV - Mapa do futuro Distrito às fls. 20. Nova informação do IBGE: domicílios: zona urbana 361; rural 1.941. (fls. 21). Às fls. 24 surge a informação da existência de 3.096 eleitores e completa o processo original do abaixo-assinado, já nominado, com as devidas certidões das firmas reconhecidas (fls. 25/30).

V - Autuado em separado o Projeto de Resolução n. 83/86. No início do processo,

com numeração invertida, requerimento dos vereadores Antônio Abrão dos Santos e Nelson José Tureck, solicitando anexação de vários documentos. Vale destacar a luta emancipacionista de Antônio dos Santos e Nelson Tureck que em 19.03.86 solicitavam parecer da Câmara de Campo Mourão sobre a emancipação do Distrito, e que por requerimento foi aprovado na mesma data. Tal requerimento sofreu parecer do Vereador Moacir Porciúncula que se declara "impedido de exarar parecer devido a completa falta de documentação, que comprova, principalmente, a viabilidade de emancipação de Luiziana e viabilidade de subsistência do Município de Campo Mourão." Por final, "as Comissões acatam parecer do douto Relator e requerem anexação da competente documentação".

Há evidente controvérsia entre mourãoenses quanto a pretensão dos luizianos. O atual prefeito preocupa-se com as dificuldades dos Municípios (fls. 6). Já o vereador Antônio A. dos Santos volta à carga e requer na sua Câmara que os vereadores se pronunciem a respeito do processo de emancipação (fls. 7).

Por outro lado, em 30.12.85, o Sub-Delegado de Luiziana, Sr. Acelino Cunha, atesta que os 165 eleitores assinantes do abaixo-assinado residem no futuro, se aprovado, Município de Luiziana (fls. 8).

VI - O Projeto de Resolução n. 83/86 foi promulgado no dia 16.10.86, nos termos do art. 29, da Constituição Estadual. Plebiscito realizado no dia 19.07.87 apresentou o seguinte resultado: Eleitores habilitados, 2.447. Compareceram 2.363. Não votaram, 84. Votos SIM, 2.226. Votos NULOS 09 e BRANCOS, 11. No mesmo dia 16.10.86, o Deputado Rubens Bueno requer dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em Terceira Discussão e que não sofreram emendas e aprovados na sessão do citado dia 16.10.86; dentre os quais se inclui a citada Resolução 83/86 (projeto) e que levou o n. 77/86, de 16.10.86.

VII - À luz da Lei Complementar Estadual n. 27, de 08.01.86, Lei Complementar n. 01, de 1967, e Lei Complementar n. 46 de 84, o processo está em condições de ser apreciado pela Assembleia Legislativa do Estado, e sob o ponto de vista constitucional nada há que impeça o normal trâmite do mesmo. Embora a legislação crie uma série de dificuldades para a criação de novos municípios, vale ressaltar o trabalho incansável dos interessados que não obstante as dificuldades atingiram as exigências da lei.

Transposta a fase instrutória e realizada a consulta plebiscitária com ampla maioria favorável, adentra-se agora, na fase a elaboração legislativa.

Constitucionalmente correta, a proposição merece nosso parecer favorável, S.M.J.

Sala das Comissões, em 13.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N. 370/84

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Amélia Hruschka, o presente plano de lei tem por finalidade criar o Município de Luiziana, com território desmembrado do Município de Campo Mourão e divisas do atual Distrito Administrativo, com sede e foro na localidade do mesmo nome.

A douta Comissão de Constituição e Justiça no seu Parecer quanto à legalidade e constitucionalidade da matéria, deu-lhe como FAVORÁVEL. Transposta a fase instrutória e realização à consulta plebiscitária com ampla maioria favorável, adentra-se agora, na fase da elaboração legislativa.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do artigo 54, do Regimento Interno, não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 69/87, de autoria do Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública o ELOS CLUBE DE UMUARAMA, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 51, de 18.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 069/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Alexandre Ceranto tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o ELOS CLUBE DE UMUARAMA, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Encontra-se o processado devidamente instruído, com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6994, de 10.01.78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à

sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 95/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que dá nova redação ao art. 3.º da Lei n. 7231/79, alterado pelo art. 1.º da Lei n. 8172/85 e pelo artigo 1.º, da Lei n. 8422/86, conforme especifica. (Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Azul, a doar ao Lar dos Velhinhos de Rio Azul, a área de terra com 5.280,00 m2, (cinco mil, duzentos e oitenta metros quadrados). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 62, de 08.06.87)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 95/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, dá nova redação ao art. 3.º da Lei n. 7231, de 24 de outubro de 1979.

A referida lei n. 7231 autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul uma área de terras de 07 (sete) alqueires, de propriedade do Estado. A Lei n. 8172, de 11 de novembro de 1985, autorizou o Município de Rio Azul a transferir em forma de doação à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, 900 m2 (novecentos metros quadrados) da referida área. Já a Lei n. 8422, de 21.11.86, permitiu ao Município de Rio Azul transferir, em forma de doação, 880,40m2 (oitocentos e oitenta metros e quarenta centímetros quadrados) à Paraná Radiodifusão S/A - RADIPAR.

Na referida área de terras foi edificado um terminal rodoviário. A SANEPAR instalou o reservatório de água que abastece a cidade e foram construídas as instalações para o Centro de Tradições Gaúchas, que também servirão para outras atividades recreativas e de lazer, além da instalação da torre de repetição de som e imagem de televisão.

A matéria em questão origina-se de pleito da Prefeitura Municipal de Rio Azul, que pretende, após a necessária autorização legal, transferir em forma de doação uma parte dessa área, com 5.280m2 (cinco mil e duzentos e oitenta metros quadrados), para o Lar dos Velhinhos de Rio Azul.

Destaca-se, assim, o elevado mérito e alcance social da medida proposta. Como se trata de mera autorização, amplamente justificada, não temos qualquer impedimento à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso

parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N. 95/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente plano de lei visa dar nova redação ao art. 3.º, da Lei n. 7231/79, alterado pelo art. 1.º da Lei n. 8172/85 e pelo Art. 1.º da Lei n. 8422/86, ou seja, autorizando a Prefeitura Municipal de Rio Azul a doar ao Lar dos Velhinhos de Rio Azul, a área de terras com 5.280,00m2.

A douta Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer quanto a legalidade e constitucionalidade da matéria, deu-lhe como FAVORÁVEL, já que entendeu que a medida proposta é de relevante alcance social e que se trata de mera autorização, amplamente justificada.

No que compete a esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do artigo 54, do Regimento Interno, vê-se na justificativa do citado projeto de lei, que no terreno objeto da doação construir-se-á a sede própria da referida entidade.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL à Aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
LAURO LOBO ALCÂNTARA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 126/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 57/87), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de GUARAPUAVA, um imóvel com área de 4.140m2 havido pelo Estado conforme transcrição n. 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 77, de 06.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 126/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 57/87), tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guarapuava um imóvel com área de 4.140 m2, havido pelo Estado de conformidade com a transcrição n. 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da

Comarca de Guarapuava.

A sobredita doação é de competência desta Casa com a sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no artigo 21, inciso VIII, alínea C, da Constituição Estadual.

A medida proposta visa atender reivindicação da comunidade e no local donde se pretende a referida doação se construirá um complexo esportivo para ser utilizado já em 1988, nos "Jogos Abertos do Paraná", que serão realizados em Guarapuava.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N. 126/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, encaminhado a esta Casa por sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem n. 57/87, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guarapuava um imóvel com área de 4.140 m<sup>2</sup>, havido pelo Estado de conformidade com a transcrição n. 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

Dos termos da justificativa governamental verificamos que a medida consulta os superiores interesses, tanto da administração quanto da coletividade.

O mesmo foi devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo da mesma parecer favorável em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

Chamada a opinar, esta douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, a mesma entendeu que o projeto de lei está devidamente justificado e em plena concordância com as normas constitucionais vigentes, não havendo assim óbice à sua tramitação normal por esta colenda Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 126/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 11.08.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente  
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 152/87, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS SENHORAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 81, de 11.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 152/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Vera Agibert, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, com sede nesta Capital.

A supracitada entidade atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública.

Por tal fato, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo opinar favoravelmente à APROVAÇÃO da referida matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
VALDERI MENDES VILELA - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jamil Amud. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jamil Amud, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, no município de Umuarama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Preto, do Município de Maringá. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, com apoioamento do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Preto, ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano, no Município de Maringá. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 169/87, que dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Aristides de Athayde Neto. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a estadualização das Escolas Cenecista Hernesto do Cambuí, Ensino de 1.º Grau e Aquidaban, Escola Cenecista Hernesto Gomes Carneiro, Ensino de

1.º Grau, no município de Marialva. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Esporte, encarecendo providências para a iluminação de duas quadras de esportes, nas localidades de Santa Clara e São Luiz, no município de Capanema. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Rocha Pombo, no Município de Capanema. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, manifestando preocupação pela sua postura calada, quanto a questão da oficialização dos cartórios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a locação de uma viatura, para a Delegacia de Polícia do Município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Finanças, encarecendo a construção de uma rede de energia elétrica, na Vila São Marcos, no Município de São José dos Pinhais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a destinação de um veículo Volkswagen Kombi, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário dos Transportes e Governador do Estado, encarecendo a inclusão da extensão da ferrovia ligando os Municípios de Cianorte e Cafetal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a duplicação da Rodovia BR-376, que liga os Municípios de Maringá e Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretário de Ensino Superior Ciência e Tecnologia encarecendo estudos para a criação e implantação do curso de Comunicação Social, na Fundação Universidade Estadual de Maringá- UEM. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a transformação em Escola Estadual, a Escola localizada no Distrito de Aquidaban, no Município de Marialva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao Centro de Cirurgia Cardíaca do Hospital Evangélico, desta Capital, em sua campanha "Faça sua doação de coração". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela ordem) Senhor Presidente, eu gostaria apenas de solicitar à Mesa que lesse mais perto do microfone os requerimentos por que nós não conseguimos entender o que estamos aprovando e votando aqui no Plenário. Muito obrigado pela gentileza da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) Vossa Excelência será atendido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral da Polícia Federal, encarecendo a instalação de um posto avançado de atendimento da Polícia Federal para atender o município de Maringá e região. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e ao Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, solicitando a atuação de ór-

gãos governamentais no controle e prevenção de acidentes de trabalho na zona rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, encarecendo que o serviço de trânsito de Maringá - CI-RETRAN, volte às antigas instalações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a doação de um veículo para o transporte de alunos excepcionais da zona rural no Município de Mandaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que o mesmo, através do DSTC/DER, autorize a empresa de Transporte Coletivo Cidade Canção-TCCC, do município de Maringá, a operar com passe estudantil com descontos, entre os municípios de Sarandi/Maringá/Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Reitor da Universidade Estadual de Maringá, pela iniciativa de formalizar convênios entre instituições de ensino superior do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) Gostaria de solicitar oportunamente para que o microfone seja melhorado, porque, realmente, falar de dentro do microfone fica difícil, e disso aí, modéstia à parte eu entendo, Exa.!

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro, convidando-o para participar de debate com os Srs. Parlamentares desta Casa, sobre o tema "Desenvolvimento Econômico e Dívida Externa". Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da mensagem intitulada "Apelo às autoridades", publicada no Jornal Ga-

zeta do Povo. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos gerais, desta Casa, no dia 20 de agosto do corrente ano, face a realização da greve geral no Brasil. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas quero deixar registrado que o requerimento fala na suspensão dos trabalhos, conseqüentemente não é apenas a suspensão da Sessão de amanhã e sim de todos os trabalhos da Assembléia Legislativa. Isto porque não teria sentido a suspensão dos trabalhos dos ilustres parlamentares e exigir que os trabalhadores da Assembléia Legislativa do Estado tivessem que aqui comparecer e dar o seu expediente. Então o requerimento tem o sentido amplo da suspensão dos trabalhos, desde a atividade parlamentar até a de todos os trabalhadores que compõem o corpo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - (Assentimento).

Sr. Presidente, no mesmo sentido há um requerimento deste parlamentar em nome da Bancada do PDT, que pediria também que fosse juntado ao requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan, que é no mesmo sentido - a suspensão dos trabalhos tanto parlamentares como administrativos desta Casa. Todo trabalho da Casa deverá ser suspenso amanhã em solidariedade aos trabalhadores.

Nesse sentido, peço a V.Exa. que anexe a este requerimento o meu requerimento, o requerimento da minha bancada.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós anexamos os requerimentos dos Deputados Pedro Tonelli e Algaci Túlio ao do Deputado Nereu Carlos Massignan, mesmo porque no requerimento do Deputado Algaci Túlio consta sejam suspensos os trabalhos plenários e administrativos da Casa. Juntamos a esse requerimento também o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria de endossar o que foi justificado pelo autor deste requerimento, Deputado Nereu Carlos Massignan. E anexar também aquilo que intencionalmente foi manifestado por escrito no requerimento encaminhado por este parlamentar e talvez uma das justificativas principais e que essa Casa já demonstrou no dia 12 de fevereiro passado, quando houve a manifestação pública nacional da frente ampla de agricultura quando foram suspensos todos os trabalhos legislativos e executivos dentro desta Casa.

Portanto, amanhã, dia 20, é mais do que justo que se suspendam todas as atividades tendo em vista que o dia de amanhã é mais importante do que o dia 12 de fevereiro, porque amanhã é a paralisação da classe trabalhadora organizada.

É esse o sentido expressado no requerimento que está na mesa cujo teor é o mesmo do requerimento do Deputado Nereu Massignan.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Fui signatário do requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan, porque entendo que é muito importante este ato, muito mais do que administrativo, da Assembléia não realizar seu expediente amanhã, mas um ato de solidariedade aos trabalhadores brasileiros que passam, sem dúvida nenhuma, pela maior crise da sua história.

Nunca, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o salário mínimo deste país - e 34% da classe trabalhadora o recebem - chegou a níveis tão baixos como este que nós vivemos hoje. Para ilustrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu devo dizer que crime como este neste país nunca se cometeu, porque o salário mínimo, conforme consta na Constituição deveria suprir as necessidades básicas de uma família de quatro ou cinco pessoas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje mais de 17 milhões de famílias neste país vivem recebendo não mais do que Cz\$ 1.960,00 e poucos cruzados.

Devo dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nós parlamentares, do total de subsídios que recebemos aqui neste parlamento, recebemos muito mais do que cem salários mínimos e, sabemos mesmo assim, do custo de vida para nossas famílias e que elas não vivem com menos de vinte, trinta mil cruzados por mês.

Devo dizer, Sr. Presidente e Srs. De-

putados que nenhuma família tem condições de sobreviver com sessenta litros de leite por mês, com noventa pães e com dois quilos de manteiga o que perfaria exatamente o valor de Cz\$ 1.960,00.

Por dever de consciência de um instrumento mais democrático que a população tem como instituição, que é o Poder Legislativo, este gesto servirá para manifestar a solidariedade deste Poder Legislativo à classe trabalhadora deste país, que vive oprimida.

E digo mais, Sr. Presidente, não o fiz por escrito, mas faço-o verbalmente dizendo que esta Assembléia Legislativa também deveria propor um voto de repúdio ao Ministro da Fazenda, que impôs esta política de arrocho salarial e de recessão econômica e da qual sobra o desemprego como prêmio à população.

Por isso, pedimos aos nossos companheiros da Assembléia Legislativa que este Poder que, com todos os desvios que ainda tem, ainda é o Poder que mais é suscetível à pressão da opinião pública, pratique no dia de amanhã este verdadeiro gesto de solidariedade à classe trabalhadora cerrando suas portas em solidariedade a uma greve que nós esperamos que dê resultados positivos no sentido de alertar as autoridades para o crime social que eles estão cometendo através da política econômica que vem ao encontro da política do FMI e não da política necessária para o país.

Por isso nosso apoio na subscrição deste requerimento e o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito oportuna foi a iniciativa do Deputado Nereu Carlos Massignan, a qual subscrevemos em apoio e solidariedade à greve do dia 20 de agosto, amanhã, portanto.

Fizemos desta forma e assim procedemos, por entender ser a greve o instrumento, talvez único, de que dispõe a classe trabalhadora para colocar às autoridades constituídas os seus problemas as suas dificuldades e os seus desejos.

Por esta razão, entendemos que a greve de amanhã, embora por muitos analisada como sendo apenas por interesses políticos, ela não o é, ela é do interesse do trabalhador, que, como já foi aqui manifestado, passa por momentos de grande dificuldade. Portanto o nosso apoio a este requerimento, e a suspensão dos trabalhos nesta Casa, amanhã, em seu todo, demonstrando com isso que não só apoiamos os trabalhadores, nós solicitamos e propomos à Mesa, se for este o entendimento, que as Sessões de amanhã, se assim permitir o Regimento, sejam transferidas para sexta-feira de ma-



nhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)  
Senhor Presidente, apenas para que não fique registrada, nesta Casa, a visão deste requerimento, da votação deste Requerimento, quero, inicialmente, para não ser confundido, declarar-me solidário à sua aprovação, no entanto, acredito ser deste Plenário a prerrogativa da suspensão dos trabalhos legislativos desta Casa. Caberia à Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a definição de entrar em greve ou não amanhã.

Faço este registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque acredito que o amadurecimento da classe de trabalhadores está justamente na sua decisão própria de fazer ou não movimento, e não de nós aprovarmos o fechamento da Casa e por conseguinte, tirarmos do trabalhador desta Casa o seu direito, o seu amadurecimento como servidor público, da sua decisão própria, através da sua Associação de participar ou não da greve.

No entanto, como os três requerimentos apresentados à Mesa têm conteúdo igual e os três pedem a suspensão dos trabalhos, a suspensão da sessão e também dos trabalhos da Assembléia Legislativa, evidentemente seremos favoráveis à aprovação do requerimento, deixando a ressalva que, talvez na separação entre Parlamentares e Servidores Públicos, compete à nós, como Parlamentares a suspensão da Sessão Legislativa e deixássemos ao Servidor Público da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até como fortalecimento da sua Associação, a sua definição de aderência ou não ao movimento grevista.

Mas, de qualquer forma, para não ser mal entendido, quero declarar-me aqui favorável, votando pela aprovação do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Surgiu um impasse. A Mesa vai solicitar ao Deputado Nereu Carlos Massignan para que, no seu requerimento, já que ele fez o requerimento verbal, para que anote o pedido da suspensão dos trabalhos gerais da Assembléia, e pedir também para que fique mais claro o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, também com a mesma solicitação, uma vez que apenas o requerimento do Deputado Algaci Túlio é claro com respeito a estas solicitações.

Deputado Pedro Tonelli, peço por gentileza, que acrescente no seu requerimento o pedido de suspensão de todos os trabalhos da Assembléia, e peço a mesma genti-

leza ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Gostaria de esclarecer ao nobre Líder, Caíto Quintana, que o meu Requerimento, em momento algum pede para que os funcionários da Assembléia entrem em greve.

O Requerimento pede a suspensão dos trabalhos, porque entendemos nós que paralizará quase que tudo amanhã em Curitiba, e em especial o transporte coletivo. Daí porque não vejo como o trabalhador da Assembléia possa vir trabalhar a pé.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)  
Para encaminhar, com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esses três requerimentos e em especial o requerimento redigido pelo nobre Deputado Algaci Túlio, da nossa Bancada, e o requerimento redigido pelo Deputado Pedro Tonelli, trazem à Assembléia a discussão mais séria do atual momento político brasileiro.

De repente nós corremos o risco, em fechando as portas desta Assembléia, majoritariamente do PMDB, e eleita pelo Plano Cruzado, de tecermos aqui nossos portais o véu da hipocrisia e do farisaísmo. Não é demais lembrar que pretende a Central Única dos Trabalhadores, que pretende a Confederação Geral dos Trabalhadores pedir "Diretas já". E não é impertinência, nem matéria para exaustão lembrar que dessa Assembléia saiu um documento assinado por quase trinta dos Srs. Deputados, pedindo ao Presidente José Sarney que ficasse cinco anos no Poder, pedindo ao Presidente José Sarney que se adiasse a proposta nacional de "Diretas já".

Temo eu que o véu de hipocrisia tecido por uma aprovação de um requerimento como este, faça com que a população fique ainda mais desconfiada com relação à sua classe política. No entanto, não compete a mim desencadear ódios contra a justiça de uma política de revisão do salário mínimo, não compete a mim lembrar que o Ministro do PMDB, o Sr. Bresser Pereira, eleito e escolhido pelo PMDB, porque foi o PMDB que apeou do cavalo, ou melhor, do avião, o Ministro Jereissati, quando ele já era Ministro da Fazenda no advento desta política de conciliação com o Fundo Monetário Internacional e no advento desta crise, da qual nós não somos enamorados, embora o Plano Bresser seja e tenha sido promulgado e tenha o nome de "Plano do Dia dos Namorados".

rados", ou seja da véspera de Santo Antônio, do desastroso último dia 12 de junho.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há civilidade na afirmação do Líder do Governo, o sempre elegante Deputado Caíto Quintana, quando afirma que deviam ser os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado a solicitar a paralisação.

No entanto, eu entendo, a consciência política do Paraná, naturalmente aquele que não pertence ao PMDB contra as diretas, a menos que tenham mudado de idéia e claro que no mundo tudo é cíclico e tudo pode ser corrigido, então só se concilia e só se entende o fechamento desta Assembléia, majoritariamente do PMDB, a partir do momento em que o Governador Álvaro Dias retire o apoio do Sr. José Sarney. Deixe de somar com a Xuxa e com os outros personagens bizarros que ultimamente têm ido ao Palácio do Planalto dizer com X "Xou do Sarney", e passe a somar efetivamente com a Nação, que defina com todos os "S" e com todos os "R", que quer o fim das aves de rapina que fazem com que a classe trabalhadora tenha o menor salário mínimo de toda a história do País, desde o tempo lendário, em que o lendário e sacrificado Getúlio Vargas criou a idéia do salário mínimo.

Era isso, Sr. Presidente, para advertir a Assembléia, enquanto consciência do Paraná, que não vá no jogo fácil das palavras, que não teça o véu da hipocrisia, mas que some com o povo e com o povo desfralde bandeiras libertárias e belas e redentoras.

Era isso.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu acho que esses requerimentos a respeito da Greve Geral dos Trabalhadores, de amanhã, que recebe apoio nesta Casa, merece sem dúvida nenhuma essa discussão, porque como colocou o Deputado Rafael Greca, é de geral importância neste momento a questão da classe trabalhadora. Concordo também que nós vivemos, historicamente, com o menor salário-mínimo, que estamos à beira do FMI, da recessão e do desemprego. Mas quero lembrar o Deputado Rafael Greca, que o Deputado Nereu Carlos Massignan, que subscreveu esse requerimento, não assinou documento de apoio aos cinco anos a José Sarney, assim como eu também não assinei e alguns outros companheiros também não assinaram. Quero lembrar o Deputado Rafael

Greca que, em nenhum momento, embora o Governador Álvaro Dias esteja condicionalmente apoiando os cinco anos do Presidente Sarney, fez sobre nós algum tipo de pressão por não havermos assinado um documento de apoio aos cinco anos do Presidente José Sarney. Mais ainda, dentro desse processo de discussão quero dizer que o Governador Álvaro Dias quando toma essa atitude, libera as opiniões, dentro do nosso Partido, com relação à questão do mandato do Presidente José Sarney.

Somamo-nos pois à Oposição, e a Oposição soma-se a nós do PMDB, quando se defende melhoria da qualidade de vida da população, o não retorno ao FMI, e também, Diretas em 1988!

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado FERRARI JÚNIOR)  
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Para encaminhar.

Sr. Presidente. Amanhã, os trabalhadores deste País irão manifestar-se, pelo menos os trabalhadores organizados, em praça pública através de uma manifestação, de uma greve política que é a Greve Geral, em relação ao descontentamento dos rumos deste País, pela forma como este País, está sendo conduzido pelo Governo Federal. Isolados, os sectários, como o Deputado Rafael Greca, eis que, se fôssemos fazer uma Greve Geral com todos que pensassem exatamente como o Deputado quer, nós não teríamos uma Greve Geral; isolados aqueles que abdicam do apoio a uma Greve Geral maciça e popular, eu acredito que as forças conseqüentes deste País amanhã não terão a greve que nós todos desejamos, a greve não será um espetáculo, não será uma Greve Geral imensa, porque as dificuldades de organização dos trabalhadores são enormes, mas é preciso que amanhã todos aqueles que reconhecem que não é possível continuar no descaminho a que estamos sendo conduzidos por um Governo que não é legítimo e que tenta forçar de todas as formas a sua continuidade no poder, é preciso que, todos aqueles que não concordam com isso, traduzam isto na prática e no concreto, amanhã, numa demonstração popular para, quem sabe, o Governo Federal, vendo "a olhos vistos", na prática, a mobilização do povo, não nos conduza ao abismo a que nos está conduzindo!

Aqueles que acham que o caminho que está ocorrendo a nível nacional, pela direção de um Governo sustentado pela maioria dos ex-companheiros do Sr. Rafael Greca de Macedo, pois, para nossa infelicidade não conseguimos extirpar do Governo este câncer que nasceu em 1964 e que está colocando este País à bancarrota, aqueles

que não vêem isso, verão logo mais adiante um processo de convulsão social sem controle, e aí sim, nós teremos o caos absoluto e total! Portanto, a Assembléia Legislativa deve fechar mesmo, no sentido de colocar claro à população que aqui se reflete a verdadeira aspiração popular!

Era isto.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem). É só para, ainda uma vez, lembrar à Assembléia a minha pouca idade. Tenho eu trinta anos completos e não tive o treinamento verbal do Deputado Paulo Furiatti, no competente gabinete arenista do Sr. Deputado Reinold Stephanes.

Era isto.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem). Para completar o meu aparte anterior, Sr. Presidente, a minha Questão de Ordem para dizer que sou portador da palavra do Sr. Manoel Aguiar, Presidente da Associação dos Funcionários da Assembléia, de que ele está de pleno acordo com o requerimento, dizendo que se não houver suspensão geral da Casa, os trabalhadores não poderão vir ao trabalho em função da paralisação do transporte coletivo, e conseqüentemente levariam falta neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A Mesa esclarece então que a decisão do Plenário é para que todas as atividades da Assembléia Legislativa amanhã não funcionem.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos plenários e administrativos desta Casa, no dia 20 de agosto do corrente ano, em vista da Greve Geral. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Pedro Tonelli e Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a suspensão das atividades desta Casa, no dia 20 de agosto do corrente ano, por ocasião da Greve Geral organizada pelas Centrais Sindicais de Trabalhadores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, pleiteando a criação e implantação de uma vara especializada em acidentes de trânsito, no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, encarecendo que a Comissão de Constituição

e Justiça, antecedendo a apreciação do Parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 53/87, ouça o representante da Associação dos Professores do Paraná, quanto a justificativa e necessidade das mesmas. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre o "Centro de Convocações", desta Capital. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo intitulado "Coronel Chileno foge dos E.U.A.", publicado no "Jornal da Tarde", de São Paulo, Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Exército, encarecendo seja mantido em funcionamento o Colégio Militar de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a não revogação da isenção do ICM sobre o leite Tipo C e produtos hortigranjeiros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda, manifestando desagrado com os novos preços mínimos

agrícolas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o montante de recursos passados às escolas municipais e estaduais do Município de São João do Triunfo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações sobre a Comissão de Sindicância, que opinou sobre o fechamento da ACARPA, no Município de São João do Triunfo. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Apenas para justificar o nosso posicionamento em virtude do requerimento do qual depende-se o pedido de informações. Aachamos que seria válido, no entanto, ser no seu corpo, pede-se as conclusões finais a que essa comissão chegou com o depoimento de todos os que foram ouvidos sobre a viabilidade de manter o escritório. Julgamos, Senhor Presidente, que caberia ao nobre Parlamentar o pedido de informação a respeito, e não o resultado de uma Comissão de Sindicância, que é um elemento de apuração interna da ACARPA, envolvendo depoimentos prestados pelas pessoas àquele órgão, razão pela qual nós votaremos contra.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

Fiz esse requerimento atendendo apelo da comunidade de São João do Triunfo, onde pude ouvir dois integrantes ouvidos pela comissão, os quais deram parecer favorável pelo não fechamento do escritório da ACARPA nesse local, e para surpresa geral, houve fechamento do mesmo. Então, queríamos saber o resultado, depoimento por depoimento, para sabermos se realmente não foi uma decisão arbitrária e fora do que foi o parecer da comissão que chegou à conclusão de fechar o escritório da ACARPA em São João do Triunfo. Por isso é que, em nome desta Casa, seria bom que exigíssemos tais informações para exatamente demonstrar a verdade dos fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Continua em votação a matéria.

Os Senhores Deputados que aprovam continuem como estão. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de São João do Triunfo, viabilizando a agilização na construção do Posto de Saúde, na comunidade de Coxilhão do Meio, naquele Município. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Para encaminhar Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para justificar, Senhor Presidente, que o presente requerimento do nobre vereador Pedro Tonelli, endereçado ao Prefeito Municipal...

O SR. PEDRO TONELLI - Vereador não, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Desculpe Excelência, encaminhado ao Prefeito Municipal, faz com que haja uma intromissão deste Parlamento na área municipal, interferindo nas atribuições do Vereador da comunidade, que é o responsável pelos pedidos e agilização dos processos junto ao Município. Este Parlamento nunca utilizou-se de meios tais sob pena de daqui a pouco nós estaremos enviando requerimento a todas as comunidades e prefeituras, ingerindo no trabalho da administração municipal, quando a razão deste Plenário é exatamente defender na área estadual, no direito de cada Parlamentar, razão pela qual, nós votaremos contra.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Pela Ordem, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente. Até faço uma sugestão ao Deputado Pedro Tonelli, autor desse requerimento, e com a compreensão da Liderança da Bancada do PMDB, para que esse requerimento seja reformulado, encaminhado ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, solicitando que se construa um Posto de Saúde na localidade desejada pelo Deputado.

Somos plenamente favoráveis a que a política de saúde se estenda às pequenas localidades, mas, como disse o nosso Líder, iríamos ingerir em assuntos municipais, o que não é da nossa competência e seria até um absurdo.

Por isso, fazemos essa sugestão ao Deputado Pedro Tonelli, no sentido de modificar a redação e encaminhar à Secretaria

de Saúde Pública, do Estado do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Ouvi alguns Deputados se pronunciarem, abordando o papel do Parlamentar, o papel desta Casa. Gostaria de saber se no caso existe alguma proibição ou impedimento do Deputado Estadual interferir nesses assuntos, já que somos legisladores no Estado do Paraná e somos fiscais do Executivo. Se há algum impedimento, gostaria que se tornasse público, porque não tenho conhecimento. Pelo que sei, temos poderes para que todos os Parlamentares possam legislar e pedir providências nas ações públicas, no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está em votação a matéria.

Os Deputados contrários permaneçam como estão. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal.

A SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

A SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - (Vera Agibert)- Termina de proceder à leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados.

Trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há quórum para deliberação. Solicito aos Senhores Deputados que tomem os seus assentos, por gentileza, para que possamos proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento proposto pelo Deputado Pedro Tonelli queiram levantar-se. Onze Senhores Deputados aprovam, dezenove Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente

da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a isenção de pagamento da taxa de transferência de imóvel, de um mutuário para outro. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal. (É procedida à chamada).

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente. Parece-me que o requerimento proposto pelo Deputado Pedro Tonelli, é da mais alta importância para o trabalhador, e para o mutuário. Gostaríamos, então, que a Mesa lesse na íntegra este documento para realmente termos consciência do que estamos votando. No meu entendimento, parece que a Bancada do PMDB peca em votar contrariamente a este requerimento, que visa beneficiar aquele que compra casa pela COHAPAR, ou que a transfere. A COHAPAR cobra cinco, seis vezes do trabalhador, do operário. Parece-me que é da mais alta importância este requerimento, por isso solicito a Vossa Excelência que leia o requerimento em sua íntegra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Responderam à chamada trinta e cinco Senhores Deputados. A Mesa solicita que a Senhora 1.<sup>a</sup> Secretária faça a leitura do requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é só para fazer o registro pelo transcurso do "Dia do Fotógrafo", hoje. E até seria conveniente que chamássemos os fotógrafos da Casa que fizessem o flagrante desta bela Bancada Majoritária vazia.

Fica a homenagem ao Senhor Sérgio Maravalhas, a Senhora Noemi Frões, ao Senhor Claudio Costa, a Senhora Sirley Pohl e a Senhorita Dâmaris de Mello, que são os fotógrafos desta Casa e que, lamentavelmente, no momento estão ausentes para estampar os trinta e sete Deputados, menos, dois, brilhantemente peleiam na Bancada deserta da Situação e a nossa homenagem à Mesa por permanecer durante a sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa está no processo de verificação de votação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente. Devo dizer que imediatamente cientes do teor do requerimento tomamos a liberdade de ter um contato com a Direção da COHAPAR, através da sua Secretaria especial para projetos especiais e consultamos porque se cobra esta taxa de transferência do imóvel. Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta medida faz parte do Sistema Financeiro de Habitação e a COHAPAR, como gerenciadora do Sistema Financeiro de Habitação, se o cobra é por determinação da legislação federal. Por isso, Senhor Presidente, nos sentimos aqui perfeitamente à vontade para fazer uma sugestão à Bancada Oposicionista e, principalmente, ao Deputado Pedro Tonelli, no sentido de que este requerimento seja enviado à Caixa Econômica Federal, que hoje administra o Sistema Financeiro da Habitação, pois são eles os verdadeiros responsáveis pelo gerenciamento da política financeira para que modifiquem a cobrança dessa taxa, porque sua cobrança não é de autoria da COHAPAR. Votaremos favorável ao envio do requerimento à Caixa Econômica e não à COHAPAR, porque esta não tem autonomia para fazer esta cobrança.

É isso que gostaríamos de esclarecer ao Deputado Pedro Tonelli, cuja atitude achamos até inteligente, para tentar tirar proveito dessas teses que na verdade são falsas. Porque, se ele estivesse verdadeiramente interessado em solucionar o problema, estaria sim formulando e encaminhando este requerimento à Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Senhora 1.<sup>a</sup> Secretária lerá o teor do requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

A SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dez Senhores Deputados aprovam: dois Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 370/84, 69/87, 95/87, 126/87, 152/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 253/85 e dos Projetos de Lei nºs 67/84, 61/87, 72/87, 78/87, 96/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 19 DE AGOSTO DE 1987.

#### "APELO ÀS AUTORIDADES"

Dom Jaime Luiz Coelho.

Nós, os bispos, dom José Maria Maimone, de Umuarama, dom Virgílio de Pauli, de Campo Mourão, dom Rubens Augusto de Souza Espínola, de Paranavaí, e eu, por ocasião de nossa 16.<sup>a</sup> Reunião da Província Eclesiástica de Maringá, em Paranavaí, quise-mos nos dirigir às autoridades solidarizando-nos com os pequenos e médios agricultores, atendendo ao seu pedido da ajuda da Igreja. Os bancos e os banqueiros nada perdem com seus empréstimos bancários pois, não recebidos os mesmos empréstimos e juros, levam a leilão as pequenas propriedades aumentando o número dos sem-terra e dos andarilhos. Desejo transcrever o texto da nossa Mensagem às autoridades:

"Ouvi o clamor do meu povo". (Êxodo 3.7).

"Reunidos em Paranavaí, nós bispos, padres, religiosos e leigos da Província Eclesiástica de Maringá, que representamos metade do Norte do Paraná, compreendendo as dioceses de Umuarama, Campo Mourão, Paranavaí e a Arquidiocese de Maringá, ouvindo o grito do nosso povo sofrido, vimos de público manifestar nosso apoio e juntar nossa voz à dele, implorando a Deus que sensibilize nossos homens públicos, especialmente os membros da Assembléia Nacional Constituinte, os governadores de Estado, os senhores ministros e o senhor presidente da República, a fim de que sintam o drama dos nossos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Faz-se necessário mudar urgente e profundamente a política agrícola do Brasil.

Cada ano nossos pequenos agricultores vendem seus produtos a preços aviltados, sob a pressão de inadiáveis compromissos bancários que devem saldar. Logo em seguida, os preços disparam, beneficiando outros que não os produziram.

Agora é a vez dos cafeicultores.

Enquanto os preços dos insumos agrícolas, sofreram reajustes violentos, o café que no ano passado, valia Cz\$ 50,00 por quilo, neste ano está cotado a Cz\$ 30,00.

Face à corrosão inflacionária, para não contabilizar prejuízo, seu valor atual deveria situar-se no patamar mínimo de Cz\$ 120,00 para o produtor.

Induzidos pelos bancos, que então cobravam juros baixos, e, confiantes no V.B.C. (Valor Básico de Custeio) que normalmente sai em outubro, a maioria dos pequenos proprietários contraiu empréstimos bancários. O V.B.C., só foi liberado em janeiro ou fevereiro de 1987 e, ainda assim, não para todos. Os juros como armadilha cruel, subiram assustadoramente, atingindo, em alguns casos, até 990% ao ano. Agora o flagelo de uma política agrícola mal conduzida atinge em cheio nossos pequenos cafeicultores de maneira brutal. Muitos estão com seus títulos em protesto. Suas propriedades serão levadas a leilão. Milhares de famílias perderão assim suas pequenas propriedades e serão atiradas à miséria, caso o governo não as socorra. Pedimos urgentemente o preço justo para o café, bem como o direito de moratória para os nossos pequenos

agricultores.

Enquanto lutamos por uma Reforma Agrária justa, e o governo, só com lentidão, faz o assentamento de algumas famílias, outras, em maior número, perdem suas propriedades em leilões bancários. Se estas famílias já estruturadas não conseguem, em regiões propícias ao seu trabalho, manter suas propriedades, que acontecerá com aquelas?

Além do drama dos pequenos proprietários, com o aumento dos pastos e latifúndios, também empreiteiros e meeiros perderão seu emprego, causando sérios problemas sociais, como o crescimento numérico dos bóias-frias e sem-terra e o agravamento da migração forçada para outras regiões. O Paraná corre o risco de esvaziar-se ainda mais, perdendo trabalhadores honestos e produtivos, transformados sem culpa em andarilhos sem esperança.

Por tudo isso, em nome de Deus, pedimos às autoridades competentes que socorram nossos irmãos e mudem, agora, o rumo de nossa política agrícola.